



Assembleia Municipal de Sesimbra

ATA DA 1ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA, REALIZADA NO DIA 11 DE ABRIL DE 2014

-----Aos onze dias do mês de abril de 2014, no Auditório Conde de Ferreira, realizou-se a 1ª reunião da sessão ordinária de abril da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência da Sr.ª Joaquina Odete Martins da Graça, e secretariada pelos Srs. Carmen Dolores Mártires Marcelino Cruz e João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Primeira e Segundo Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1. **APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL;**-----
- 2. **INSTALAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA;**-----
- 3. **INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPETIVA AVALIAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2013 E DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS APROVADOS NO EXERCÍCIO DE 2013;** ---
- 4. **CEDÊNCIA E GESTÃO DA PISCINA COBERTA – CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE SESIMBRA E O GRUPO DESPORTIVO DE SESIMBRA – MINUTA – APROVAÇÃO;**-----
- 5. **ALUGUER OPERACIONAL DE 5 VIATURAS LIGEIRAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE SESIMBRA – ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO;**-----
- 6. **PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DIRIGENTES – DESIGNAÇÃO DO JÚRI;**-----
- 7. **REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS MUNICIPAIS – 5.ª ALTERAÇÃO;**-----
- 8. **ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL DA PENÍNSULA DE SETÚBAL (ADREPES) – ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS – APROVAÇÃO;**-----
- 9. **PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM REGIME DE CONFEÇÃO LOCAL E DE REFEIÇÕES TRANSPORTADAS PARA OS JARDINS DE INFÂNCIA E ESCOLAS BÁSICAS DO 1.º CICLO DA REDE PÚBLICA DO CONCELHO DE SESIMBRA.**-----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: -----

-----Pelo Grupo Municipal da CDU - Joaquina Odete Martins da Graça, Francisco Manuel Soares Cordeiro, Nuno José Almeida Nabais Antunes, Maria Helena dos Santos Cancela Cordeiro, Rui João Graça Rodrigues, Alain Monteiro Grenho, Carmen Dolores Mártires Marcelino, Maria José da Cruz Vieira Borges, João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso e Abel João Francisco Valadão;-----

-----Pelo Grupo Municipal do PS - Manuel José Cardoso Alves Pereira, Pedro Miguel dos Santos Mesquita, Nelson Carlos Simplício Pólvora, Miguel Maria Ferraz Alarcão Bastos, Manuel Barros Cardoso e Isabel Alexandra Ribeiro Leão Faias; -----

-----Pelo Grupo Municipal do PSD/CDS-PP - José Manuel Lobo da Silva e Eduardo Manuel Costa

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

Amigo; -----
-----Pelo Grupo Municipal do MSU - Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues;-----
-----Verificou-se ainda a presença do Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Vitor Ribeiro Antunes; do Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Francisco Manuel Firmino de Jesus e da Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Ana Margarida Almeida da Cruz Narciso.-----
-----Faltou o Deputado José António Melo Nunes Guerra (BE) que não pôde comparecer, à última da hora, por razões de ordem pessoal.-----
-----Comprovada a existência de quórum, vinte e três presenças, a **Presidente da Assembleia Municipal**, declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas e cinquenta e cinco minutos. -----
-----Verificou-se também a presença do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS) Augusto Manuel Neto Carapinha Pólvora, da Vice-Presidente Felícia Maria Cavaleiro da Costa e dos Vereadores José Henrique Peralta Polido, Sérgio Manuel Nobre Marcelino, Américo Manuel Machado Gegaloto e Claudia Sofia Durand Cocharra Gorjão da Mata. -----
-----A fim de dar apoio à apresentação do ponto 2 estiveram também presentes os técnicos Anibal Sardinha, Graça Candeias e António Mendonça.-----
-----A **Presidente da Assembleia** começou por indicar os pedidos de substituição, tendo começado por informar que o Deputado Tiago Aragão da CDU, por motivos de ordem profissional, não pôde comparecer, estando presente em sua substituição o Deputado Abel João Francisco Valadão. -----
-----Também a Deputada Joana Maria Braz Alarcão Bastos do PS, solicitara substituição por razões de ordem profissional, estando presente em sua substituição o Deputado Miguel Maria Ferraz Alarcão Bastos. -----
-----Iguamente por razões de ordem profissional, o Deputado Joaquim Mendes Dias solicitara substituição, estando a ser substituído pelo Deputado Eduardo Manuel Costa Amigo, que dado estar presente pela primeira vez neste mandato, foi verificada a sua identidade e legitimidade.-----
-----Após cumprimentar os presentes, a Presidente disse que gostaria de dar conta, de uma forma muito resumida, da visita que os jovens da 11ª Assembleia Municipal de Jovens tinham realizado a Bruxelas, por convite do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português. Esses alunos tinham sido acompanhados pelos respetivos Professores, assim como por uma delegação da Assembleia Municipal.
-----Acrescentou que esta visita de estudo tinha sido extremamente positiva, interessante e importante para a formação desses jovens, nomeadamente através da aprendizagem relacionada com

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

questões da cidadania. Referiu que oportunamente poderiam ter acesso a um relatório mais detalhado sobre a experiência dessa Delegação. -----

----- De seguida, indicou que esta sessão estava agendada com 9 pontos, no entanto tinha sido entendimento ao nível da Comissão de Líderes, reorganizá-la, dividindo-a em duas reuniões, ficando a segunda agendada para o dia 28 de abril. -----

-----Após apresentar a forma como a Comissão de Líderes tinha entendido que seria feita a divisão da Ordem de Trabalhos, indicou que também tinha sido entendimento que a presente reunião iniciar-se-ia com o ponto “Instalação do Conselho Municipal de Segurança”, prosseguindo-se com o “Período Antes da Ordem do Dia”, “Período Aberto às intervenções dos Cidadãos” e continuação do “Período da Ordem de Trabalhos” -----

-----Dado não ter sido colocada qualquer dúvida, colocou a votação o exposto, tendo a Assembleia Municipal deliberado por unanimidade alterar a organização dos trabalhos da presente reunião, iniciando-se com o ponto da Ordem de Trabalhos – **Instalação do Conselho Municipal de Segurança** - seguindo-se do “Período de Antes da Ordem do Dia”, “Período Aberto às intervenções dos Cidadãos” e continuação do “Período da Ordem de Trabalhos”.-----

-----Deliberou ainda, por unanimidade, transitar para a segunda reunião, os pontos:-----

-----1 - APRECIACÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL; 6 - PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DIRIGENTES – DESIGNAÇÃO DO JÚRI; 8 - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL DA PENÍNSULA DE SETÚBAL (ADREPES) – ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS – APROVAÇÃO; e 9 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM REGIME DE CONFEÇÃO LOCAL E DE REFEIÇÕES TRANSPORTADAS PARA OS JARDINS DE INFÂNCIA E ESCOLAS BÁSICAS DO 1.º CICLO DA REDE PÚBLICA DO CONCELHO DE SESIMBRA. -----

-----**PERÍODO DA “ORDEM DE TRABALHOS”:** -----

-----**1. INSTALAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA** -----

-----A Presidente da Assembleia começou por informar que o Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, aprovado por esta Assembleia Municipal em 26 de maio de 2000, e que tinha sofrido algumas alterações em 2008, tratando-se de um regulamento, de acordo com a Lei competia à Assembleia Municipal elaborar, e ao Presidente da Câmara competia, por delegação ao Vereador Francisco Luís, no início desse mandato a constituição e a dinamização dos trabalhos do Conselho Municipal de Segurança.

----- Neste sentido, já decorrera uma reunião de trabalho, que de algum modo tinha sido de

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

preparação para a tomada de posse e início dos trabalhos para este mandato. O ato que iria decorrer tratava-se de um simples formalismo, que constava em chamar cada um dos elementos para que esses assinassem o documento da tomada de posse.-----

-----Informou que este ato tinha uma ata avulsa, a qual se anexa, solicitando à 1ª Secretária que procedesse à sua leitura.-----

-----Após terminar a leitura, a **Primeira Secretária** procedeu à chamada dos elementos presentes, que se dirigiram até si, para assinarem a respetiva ata.-----

-----Terminada a chamada e a assinatura da ata pelos elementos presentes, verificaram-se as ausências dos seguintes cidadãos:-----

-----**Francisco José Pereira Luís**, Vereador do Pelouro.-----

-----**Luís Filipe da Palma Martins**, Delegado do Ministério Público.-----

-----**Ricardo Cruz**, Comandante dos Bombeiros.-----

-----**Carlos Alberto Ezequiel da Costa**, representante designado pelo Conselho Local de Ação Social.-----

-----**Joaquim José Mendes Dias**, representante das associações sindicais mais representativas do concelho (CGTP-IN e UGT).-----

-----**Augusta Nobre**, representante designado pelo Conselho Municipal de Educação.-----

-----**Paulo Caetano**, representante das Associações de Pais.-----

-----**Marta Costa**, representante da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.-----

-----**José António Ribeiro Caçador**, representante do SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.-----

-----Seguidamente a **Presidente da Assembleia Municipal** declarou, em nome da Assembleia Municipal, formalmente instalado o Conselho Municipal de Segurança, presidido pelo Presidente da Câmara Municipal Augusto Manuel Neto Carapinha Pólvora, nos termos do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 33/98, de 18 de Julho.-----

-----Relativamente aos elementos aí designados e que não tinham tido oportunidade de comparecer, a Presidente informou que tomariam posse na 1ª reunião do Conselho Municipal de Segurança.-----

-----Concluído este ponto, a **Presidente da Assembleia Municipal** desejou a todos os elementos da Comissão do Conselho Municipal de Segurança votos de bom trabalho, com a referência de que teriam sempre a Assembleia Municipal à disposição para aquilo que fosse oportuno em termos de trabalho futuro.-De seguida, deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----O **Presidente da Câmara Municipal** começou por, em nome da Câmara Municipal, agradecer aos novos elementos do Conselho Municipal de Segurança já formalmente empossado, embora o Conselho Municipal de Segurança viesse a funcionar mesmo sem ter essa posse formal. -----

-----Disse gostar de agradecer também a participação desses elementos ao longo do último ano e meio, em que o Conselho estava a funcionar. Referiu que, naturalmente, tinha delegado no Vereador da Proteção Civil e Segurança a coordenação destas reuniões, tendo o Vereador depois o cuidado de lhas relatar, assim como tinha acesso aos relatórios das reuniões, julgando que as mesmas vinham a ser proveitosas, havendo uma mais-valia pela articulação das várias entidades que integram o Conselho Municipal de Segurança. No momento em que as questões de segurança continuavam na ordem do dia, nomeadamente relacionadas com a propriedade, fruto também da crise que se vivia, e que nesta altura era mais propícia a que esse tipo de crimes pudesse ocorrer, era importante o trabalho deste Conselho. ----

-----Salientou que era importante a articulação entre as várias entidades, tal como acontecera no infeliz incidente que tinha tido lugar na Praia do Meco, com a morte dos jovens universitários, onde a coordenação com as várias forças de segurança, incluindo a proteção Civil que quanto a si tinha sido exemplar, no sentido de dar resposta ao que tinha acontecido na medida das capacidades e possibilidades. -----

-----Disse pensar que esta parceria no âmbito do Conselho Municipal de Segurança era muito frutuosa e vantajosa, esperando que no futuro continuasse a dar frutos. -----

-----Expressou o desejo de que o Conselho Municipal de Segurança empossado pudesse também de alguma forma refletir as preocupações e necessidades da população, população essa que também estava representada nessa Comissão, através de cidadãos que procuravam trazer para essas reuniões aquilo que eram as preocupações dos munícipes do concelho de Sesimbra. -----

-----A Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para dar início ao PAOD.-----

-----**PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”**-----

-----A Presidente indicou que tinham na Mesa 3 documentos para apreciação e deliberação, tendo prosseguido com a leitura, em nome da Comissão de Líderes da seguinte Saudação:-----

-----***Saudação subordinada ao tema “ 40 Anos do 25 de Abril de 1974 e 1.º de Maio”:***-----

-----*“Festejar Abril significa festejar a Liberdade, no entanto, hoje, as gerações mais novas interrogam-se sobre o significado destes festejos!*-----

-----*A questão é pertinente. Há quarenta anos a revolução de Abril significou o alcançar da esperança que perdurou adormecida durante mais de quatro décadas de autoritarismo de um governo de partido*

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

único, caracterizado pelos seus fortes traços de surdez e deficiente visão progressista, que estagnou o país e impediu o que poderia ter sido uma história de sucesso em termos de desenvolvimento e riqueza interna. Do “orgulhosamente sós” recebemos uma herança rica em ouro, contudo, pobre em infraestruturas, pobre em desenvolvimento, pobre em educação e formação, pobre em direitos dos trabalhadores, pobre em ambição, pobre em todas as funções de um Estado que se pretenderia social. Em suma, a herança deixada foi demasiadamente pesada para que o país se pudesse erguer das cinzas e concretizar a sua história de povo destemido, progressista e ambicioso. -----

-----Chegados aos nossos dias, a história dos últimos 40 anos de democracia fala-nos de lutas sindicais, de conquistas da classe trabalhadora, de avanços e recuos, fala-nos do Poder Local democrático, fala-nos de progresso, de desenvolvimento, de ambição, da determinação e da vontade de vencer! Porém, esta vontade de vencer e de afirmar o país na esfera europeia e mundial tem-se revelado difícil, quer pelas dificuldades de desenvolvimento interno, quer pelas questões externas que nos impedem de “vingar” no mercado económico global. -----

-----Mas hoje, ao comemormos os 40 anos do 25 de abril, não podemos deixar de refletir sobre a situação de muitas famílias desmembradas, filhos que partem em busca da esperança noutras paragens, empresas que fecham diariamente, o flagelo do desemprego que atinge muitos trabalhadores, os idosos, pensionistas e reformados que sentem a desvalorização dos seus rendimentos e outros sectores da vida social económica e cultural que sentem a diminuição do seu valor no progresso do país e a consequente diminuição da qualidade de vida do povo português. -----

-----Mas festejar abril é também reafirmar o papel do Poder Local associado às conquistas de abril e nestas 4 décadas a defesa da Liberdade, dos direitos e conquistas dos trabalhadores só tem sido possível com o seu envolvimento e capacidade de mobilização sempre afirmado nas comemorações do 1.º de maio. -- -----

-----Este marco histórico está indiscutivelmente associado aos 40 anos da revolução dos cravos e por isso afirmar a nossa soberania, afirmar a nossa palavra, afirmar os nossos direitos é uma voz de incentivo para que a luta continue a prole duma vida em liberdade e democracia. -----

-----A Assembleia Municipal de Sesimbra saúda toda a População do Município de Sesimbra pela passagem dos 40 anos do 25 de Abril de 1974 e do 1.º de maio, convidando-os a participar nas comemorações locais reafirmando as conquistas de abril. -----

-----Viva o 25 de Abril! Viva o 1º de Maio! Viva o Poder Local! Viva Sesimbra! -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Finda a leitura do documento, foi aberto o período de intervenções, tendo solicitado o uso da palavra o **Deputado Alain Monteiro**. O Deputado referiu que de facto abril era tudo isso que aí estava escrito nessa saudação, cabendo-lhes passarem aos mais jovens e às gerações vindouras informação sobre o que tinha sido esse período, o mais negro da história portuguesa, não vendo nessa saudação algumas palavras que se calhar deveriam estar aí como, o que tinha sido a censura, o que tinha sido a Pide e o que tinha sido o fascismo, entre uma série de outras coisas, mas certamente que teriam outras oportunidades, nomeadamente nas comemorações do 25 de abril, para falar sobre elas.-----

-----Acrescentou que, obviamente a CDU votaria favoravelmente essa saudação, mas gostariam de expressar o sentimento de que a mesma deveria deixar passar algo mais do que ali constava.-----

-----Usou da palavra o **Deputado Miguel Alarcão Bastos**, que disse gostar de dizer algumas palavras sobre o 25 de abril. Referiu que o chocava sempre as comemorações, na medida em que se tornavam repetitivas e cansativas e começava-se a comemorar alguma coisa que já lhes dizia pouco, no entanto relativamente ao 25 de abril, disse julgar que a sua importância para aqueles, que tal como eles, tinham vivido o fascismo adquiria uma importância extremamente elevada, pensando que o principal testemunho que deveriam dar de abril, era exatamente fazer com que as gerações mais novas compreendessem porque é que tinha sido importante e porque é que era importante abril para eles. -----

-----Acrescentou que, aqueles que tinham vivido o fascismo e a repressão tinham sentido na pele e na vida, muitos deles, o que era a ditadura, e quanto a si esse era o valor primordial que deveriam transmitir às gerações vindouras, que era a noção de que os regimes totalitários deveriam sempre ser combatidos e condenados para que não se voltasse a viver dentro desse regime.-----

-----Em relação aos objetivos de abril, já as questões se colocavam de outra maneira, porque felizmente viviam numa sociedade democrática, e isso permitia a cada um deles pensar abril e a democracia com vários ângulos de visão diferente e a pouco e pouco iam-se habituando a respeitar não só a própria posição, mas também as posições dos outros, o que era fundamental e prioritário.-----

-----Disse ser tradicional falar-se na revolução dos 3 D's: democracia, desenvolvimento e descolonização, e na sua opinião pessoal a democraticidade existia, apesar de ter algumas falhas, porque o poder escolher, exigia também ter condições para o fazer, e à data cada vez maior número de cidadãos portugueses não tinham condições para poder escolher, e aí poderiam considerar que a democracia estava um pouco quartada. -----

-----Quanto ao desenvolvimento, e ao que se podia dizer do mesmo à data, deixava à consciência de cada um, e o descolonizar tinha sido aquilo que tinha sido possível.-----

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse gostar de fazer uma pequena saudação a “abril”, pelo facto de poder dizer livremente aquilo que pensava, sem que daí viesse qualquer tipo de consequências a não ser a responsabilidade que assumia pelos atos que praticava e pelas palavras que proferia.-----

-----A **Presidente da Assembleia** referiu que, sem dúvida nenhuma, poderiam estar todos, quer pela história de cada um, quer pela história do país, a fazer referências ao que tinha sido a vivência antes do 25 de abril e àquilo que ele nos tinha trazido, enquanto liberdade, democracia, libertação, desenvolvimento, conquistas dos trabalhadores, entre outras coisas, julgando que eram sempre poucas as palavras para sublinhar esse momento histórico, que todos eles reconheciam como sendo um dos momentos mais importantes da história recente do país.-----

-----Disse aproveitar para referir que as comemorações do 25 de abril neste município eram bastante diversificadas e ricas, deixando o convite para que no dia 27, no cineteatro municipal João Mota, assistissem a uma cerimónia pública designada de “Memórias de Abril”, onde seriam apresentados obras e acontecimentos ocorridos nestas 4 décadas, bem como, de algum modo agradecer alguns eleitos que ao longo de 20 ou mais anos, tinham-se dedicado com sabedoria, competência e responsabilidade na construção do município por uma vida melhor dos seus munícipes.-----

-----Colocada a votação a **Saudação subordinada ao tema “ 40 Anos do 25 de Abril de 1974 e 1.º de Maio”**, a mesma foi **aprovada, por unanimidade e aclamação**.-----

-----De seguida, solicitou à **1ª Secretária** que fizesse a leitura da Saudação, que seria apresentada em nome da Comissão de Líderes, com o título “**Às Mulheres e ao 8 de Março, Dia Internacional da Mulher**”, que a seguir se transcreve:-----

-----*“A Assembleia Municipal de Sesimbra saúda o dia 8 de Março, consagrado pela ONU desde 1975 como Dia Internacional da Mulher, embora já desde 1910 Clara Zetkin no II Congresso da Internacional Socialista tenha feito aprovar a comemoração de um dia a nível internacional para lembrar a situação particular das mulheres na sociedade*-----

-----*Para os/as que acham que comemorar tal dia não faz sentido, lembramos a justeza e a pertinência de dar visibilidade às lutas das mulheres pela igualdade de oportunidades, enquanto persistir todo e qualquer sinal de discriminação e de atropelo aos direitos, tratando-se de modo desigual uma das partes da humanidade, em função do seu sexo.*-----

-----*No ano em que comemoramos 40 anos do 25 de Abril, altura a partir da qual as mulheres portuguesas puderam comemorar o 8 de Março em liberdade, queremos trazer aqui as conquistas e avanços que se fizeram ao longo do último século, recordando-nos as memórias de lutas tão difíceis e*

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

prolongadas; mas também os atrasos e barreiras incompreensíveis que persistem e que nos levam aqui a lembrar a violência de género e a sua forma extrema, o femicídio, as discriminações no trabalho, a precariedade, o trabalho sem direitos, as diferenças salariais em função do sexo, a dificuldade em atingir a paridade baseada na menorização, na maternidade, ou em tetos de vidro intransponíveis, o sexismo na linguagem, nos media, no dia-a-dia, as mudanças no rumo da vida resultantes do desemprego, tantas vezes provocando uma amputação nas aspirações e nos projetos de vida e talentos que são truncados. -----

-----A Assembleia Municipal de Sesimbra não pode alhear-se do significado profundo do 8 de Março e da sua pertinência nos dias de hoje e por isso saúda as mulheres que no nosso país resistem e em todo o mundo lutam por um mundo de igualdade, liberdade, justiça, solidariedade, e paz.” -----

*-----Solicitou o uso da palavra o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, **Deputado Vitor Antunes**, que disse gostar de aproveitar esta oportunidade para destacar o que tinha sido a comemoração do Dia Internacional da Mulher, promovida pela junta de freguesia da Quinta do Conde nas suas instalações, e que tinha contado com a presença da Presidente da AMS, da Vice-presidente da CMS, de uma dirigente da República Democrata do Sarauí, da jornalista Diana Andringa e também da dirigente nacional do Movimento Democrático das Mulheres, Regina Marques. -----*

-----Disse terem estado muitas mulheres presentes, tendo sido uma cerimónia muito participada e digna. Quanto à moção apresentada referiu que evidentemente a votaria favoravelmente, dando um viva pela luta das mulheres. -----

*-----Dado não haver mais nenhuma manifestação de intervenção, a Presidente da Assembleia colocou a votação a **“Saudação com o título “Às Mulheres e ao 8 de Março, Dia Internacional da Mulher”**, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----*

*-----De seguida, a Presidente da Assembleia deu a palavra ao Deputado Manuel José Pereira para que este lesse a **Moção subordinada ao título “MAPA JUDICIÁRIO - Uma solução inaceitável para Sesimbra”** subscrita pelos grupos municipais do PS, MSU, CDU e BE. -----*

*-----Os **Deputados Manuel José Pereira e Miguel Ribeiro**, partilharam a leitura da Moção que a seguir se transcreve: -----*

*-----**Moção subordinada ao título “MAPA JUDICIÁRIO - Uma solução inaceitável para Sesimbra” -----***

-----“No ano em que se comemoram os 40 anos da Revolução dos Cravos, símbolo da liberdade, coesão social e justiça, o Governo do PSD-CDS inflige mais um severo golpe numa outra conquista de Abril: O Estado Social. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----*Na sequência da aprovação em Conselho de Ministros, em Fevereiro transato, do diploma legal que se propunha extinguir 47 Tribunais em todo o País e descaraterizar muitos dos existentes, retirando-lhes competências e valências sem criteriosa justificação, designadamente no que se refere aos acessos e mobilidade, bem como na afetação dos recursos humanos necessários para o bom funcionamento dos mesmos, eis que se concretizou o que mais se temia.*-----

-----*A publicação do Decreto-Lei n.º 49/2014, de 27 de Março, que Regulamenta a Lei n.º 62/2013, de 26 de Agosto (Lei da Organização do Sistema Judiciário), estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais, e recupera a divisão territorial administrativa coincidente com os distritos, delimitação aparentemente abandonada com a extinção dos Governos Cívicos, e sem correspondência com a NUTS, as unidades territoriais estatísticas de gestão comumente utilizadas nos projetos comunitários.*-----

-----*Por outro lado, desaproveitou-se todo um trabalho que, em 2007, tinha sido desenvolvido com base num estudo da faculdade de Economia do Porto, por uma equipa de trabalho junto do Ministério da Justiça, representativa dos vários agentes profissionais e sociais envolvidos, reafirmando o Governo a arrogância perante a crítica e a defesa de uma visão meramente economicista da justiça.*-----

-----*No tocante ao distrito de Setúbal, com a nova organização judiciária, os municípios de Almada e Seixal ficam integrados na nova comarca de Lisboa, enquanto o município de Sesimbra, que atualmente pertence ao círculo judicial de Almada e Seixal, é excluído daquela comarca sem nenhuma razão concreta, evidente e objetiva, passando a “Instância local do Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal”, quando, até agora, todos os processos referentes a Sesimbra eram julgados no território da AML, garantindo melhor acessibilidade aos cidadãos.*-----

-----*Posto isto,*-----

-----*Considerando que:*-----

-----*A) Foi publicado o Decreto-Lei n.º 49/2014, de 27 de Março, Ministério da Justiça que Regulamenta a Lei n.º 62/2013, de 26 de Agosto (Lei da Organização do Sistema Judiciário), e estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais;*-----

-----*B) O referido diploma contraria, de forma ostensiva, os compromissos anteriormente assumidos pelo Ministério da Justiça para com o Município de Sesimbra e consubstanciado no protocolo que conduziu à cedência, pelo Município de Sesimbra, de um terreno com 13.451,89 m² para instalação do novo Campus de Justiça, por se reconhecerem as deficientes condições de funcionamento do atual Tribunal;*-----

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

- C) O referido diploma contraria as posições assumidas por quem mais é entendido nesta matéria, nomeadamente, o Conselho Superior de Magistratura e a Ordem dos Advogados; -----
- D) De acordo com o novo Mapa Judiciário, Sesimbra deixa de ser Comarca, passando o Tribunal de Sesimbra a ser uma Secção de Instância Local, com competência genérica, a partir de 01 de Setembro de 2014; -- -----
- E) A Secção de Instância Local de Sesimbra passa a pertencer à Comarca de Setúbal, perdendo o Tribunal de Sesimbra a quase totalidade das suas competências para as Secções de Instância Central de Setúbal; -----
- F) Se cria, no distrito de Setúbal, em relação aos municípios que integram a Área Metropolitana de Lisboa (AML), uma separação incoerente e inaceitável entre os que permanecem na nova comarca de Lisboa e os que transitam para a nova comarca de Setúbal (o município de Sesimbra), cujo território judicial se estende até Sines; -----
- G) Face ao supra referido, as competências de instrução criminal que antes pertenciam ao Tribunal de Sesimbra passam para a Secção de Instrução Criminal de Setúbal – por exemplo, um interrogatório de arguido detido que antes se realizava no Tribunal de Sesimbra, passa a ocorrer em Setúbal; -----
- H) As competências em matéria criminal passam para a Secção Criminal de Setúbal, o julgamento de um qualquer crime que antes se realizava no Tribunal de Sesimbra, com o depoimento de agentes da GNR de Sesimbra e outras testemunhas, passa a ter lugar no Tribunal de Setúbal, obrigando à deslocação desses agentes e das testemunhas a essa cidade, com todos os inconvenientes associados, nomeadamente, o tempo de deslocações e o tempo de espera decorrente da cumulação de vários julgamentos e outras diligências judiciais; -----
- I) As competências em matéria cível em ações de valor superior a € 50.000,00 passam para a Secção Cível de Setúbal – por exemplo, o julgamento de um processo de divisão de um prédio que se encontra em comum, que antes acontecia no Tribunal de Sesimbra, passa a ter lugar em Setúbal, com necessidade de deslocação a essa cidade das partes e das testemunhas residentes em Sesimbra, sem possibilidade de inquirição por videoconferência, uma vez que Sesimbra e Setúbal fazem parte da mesma comarca (Setúbal); -----
- J) As competências para tramitação e julgamento das ações executivas passam para a Secção de Execução de Setúbal, a qual terá a sua sede provisoriamente (por tempo indeterminado) em Alcácer do Sal, o que obrigará as partes e as testemunhas a deslocarem-se a Alcácer do Sal, que dista cerca de 100

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

km de Sesimbra, em viatura própria ou de táxi, uma vez que não existe qualquer transporte público com ligação direta e muito menos que assegure, no próprio dia, a presença em Tribunal para uma diligência que seja agendada para as 9.00 h da manhã – por exemplo, se um munícipe de Sesimbra for executado pelo Banco onde tem o seu crédito à habitação e quiser contestar, indicando para o efeito testemunhas, terá que se deslocar a Alcácer do Sal para o julgamento; -----

-----K) Enquanto Secção de Instância Local, o Tribunal de Sesimbra passa a tramitar e a julgar causas não atribuídas às Secções de Instância Central de Setúbal, ficando com competência para julgar ações declarativas até € 50.000,00, o que é manifestamente redutor para um concelho com cerca de 50.000 habitantes;-----

-----L) A competência para julgar ações e outros procedimentos judiciais em matéria de famílias e menores, referentes a intervenientes residentes no concelho de Sesimbra, transita do atual Tribunal de Família e Menores do Seixal para a 1ª Secção de Família e Menores de Setúbal, aumentando o número de pendências deste tribunal, com consequências negativas em termos do aumento da morosidade processual – por exemplo, se um munícipe de Sesimbra se divorciar e quiser pedir em tribunal a regulação do exercício das responsabilidades parentais, tem de o fazer no Tribunal de Setúbal; -----

-----M) A competência para julgar ações e outros procedimentos judiciais em matéria laboral, referentes a intervenientes residentes no concelho de Sesimbra, transita do atual Tribunal do Trabalho de Almada para a 1ª Secção de Trabalho de Setúbal, aumentando o número de pendências deste tribunal, com consequências negativas em termos do aumento da morosidade processual – por exemplo um processo por acidente de trabalho ou um processo de impugnação judicial da regularidade ou licitude do despedimento deixa de correr em Almada para passar a correr em Setúbal;-----

-----N) Os recursos das decisões dos tribunais de 1ª Instância passam a ser interpostos para o Tribunal da Relação de Évora, em vez de serem para o Tribunal da Relação de Lisboa, o que, num caso em que a Relação de Évora ordene novas diligências de prova, pode implicar deslocações a este Tribunal, que dista cerca de 140 quilómetros de Sesimbra, enquanto Lisboa dista aproximadamente 40 quilómetros; -----

-----O) A deslocalização de processos aumentará ainda mais o número de pendências das estruturas judiciais de Setúbal, já de si sobrecarregadas, aumentando de forma significativa a morosidade da administração da Justiça, que se pretende célere;-----

-----P) Todas estas deslocalizações de processos irão ter implicações muito significativas do ponto de vista dos custos de transporte e do tempo despendido por todos os cidadãos que venham a ter intervenção em processos judiciais, designadamente das partes, testemunhas e agentes da autoridade; -----

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Q) *No caso dos agentes de autoridade, o tempo perdido e o custo das deslocações será muito significativo e na prática implicará que diariamente vários elementos das forças de segurança se vejam arredados de exercer a sua missão principal de uma forma plenamente ativa e eficaz;* -----

-----R) *Em virtude do profundo esvaziamento de competências, o Tribunal de Sesimbra corre o risco de integrar, a médio prazo, a lista de tribunais a suprimir numa futura eventual reorganização do Mapa Judiciário, com claros prejuízos para os cidadãos;*-----

-----S) *Em suma, para o município de Sesimbra, a reforma do mapa judiciário revela-se desadequada e subvalorizada na perspetiva daquilo que deve ser a justiça: próxima do cidadão, garante de salvaguarda de direitos, em especial nos difíceis tempos presentes, dos direitos laborais, económicos e sociais;* -----

-----*As forças políticas de Sesimbra, os representantes políticos dos sesimbrenses, não podem ficar indiferentes a estas medidas que não constituem um benefício nem para Sesimbra, nem para a região. -----*

-----*A justiça, tal como o poder, só tem sentido se estiver ao serviço das populações, o que certamente não sucede quando a maior parte das pendências de um tribunal transitam para uma Secção de Proximidade a mais de 100 km. Tal como o que está a acontecer na saúde, as pessoas desistem porque não têm condições para suportar o custo da deslocação. -----*

-----*A reforma judiciária foi feita de costas voltadas para a população, sem consensualização prévia com os autarcas, garantes da qualidade de vida e dos interesses das populações. Não é só uma questão de perda simbólica dos sinais identificativos da terra. É a perda de qualidade de vida de todos nós cidadãos sesimbrenses, que está em causa e é essa mesma preservação de interesse público que dá também toda a justiça à rejeição clara da reorganização administrativa das freguesias levada a cabo no ano passado. -----*

-----*Por tudo isto, a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida em 11 de Abril de 2014, delibera: -----*

-----*a) Manifestar o seu desacordo e repúdio perante a solução vertida no mapa judiciário constante do Decreto-Lei n.º 49/2014, de 27 de Março, em particular quanto ao município de Sesimbra;* -----

-----*b) Requerer ao Ministério da Justiça, à Comissão Parlamentar especializada e aos grupos parlamentares das forças políticas representadas na Assembleia da República, reuniões com presença de elementos da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal de Sesimbra e das Juntas de Freguesia, podendo ainda convidar-se a Delegação de Sesimbra da Ordem dos Advogados, a fim de debater soluções alternativas que permitam ainda, ao contrário de outras reformas territoriais como foi o caso da redelimitação das freguesias, salvaguardar o interesse dos cidadãos na celeridade e na proximidade do acesso à Justiça;*-----

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----c) Remeter ainda esta Moção para conhecimento à Câmara Municipal e às Juntas de Freguesia, à Ordem dos Advogados e à sua Delegação de Sesimbra, ao Presidente da República, à Presidente da AR e ao Primeiro-Ministro, à PGR, ao Provedor de Justiça, à AML, à ANMP, à AMRS, à ANAFRE e aos Órgãos de Comunicação Social Locais.”-----

-----Solicitou intervenção, o **Deputado Alain Monteiro** que referiu que o acesso à justiça, tal como o acesso à educação ou à saúde, era um dos pilares fundamentais da nossa sociedade, mas mais do que isso era também uma grande conquista de abril. Reorganizar o mapa Judiciário daquela forma, era na prática negar o acesso à justiça. De acordo com os pressupostos que constavam daquele documento, a bancada da CDU iria votá-lo favoravelmente. -----

-----Usou da palavra o **Deputado Lobo da Silva** para referir que a bancada do PSD não subscrevera essa moção, na medida em que a mesma continha algumas inverdades, pois se havia efetivamente verdades quanto à deslocação de pessoas para Alcácer do Sal, nomeadamente para Évora, depois era baralhado aí um bocado, pois falava-se da justiça, da saúde e da reorganização das freguesias. Acrescentou que efetivamente essa moção não visava somente defender os interesses da população do concelho, mas sim dar de forma airosa um “cartão vermelho” ao Governo do PSD referente a este Mapa Judiciário. -----

-----Frisou que não se podiam esquecer que o Partido Socialista propôs no seu Memorando o encerramento de 49 tribunais, e o PSD não ia fechar 49 tribunais. Salientou que na Declaração que iriam apresentar, indicariam números e aí poderiam efetivamente verificar o que é que visava este novo Mapa Judiciário. -----

-----Acrescentou que também não se entendia muito bem como é que podiam começar a dizer já que, “por tempo indeterminado o tribunal de Alcácer do Sal...”, assim como “um aumento de morosidade processual”. Também era feita a relação entre os valores das ações de 50.000 euros com o concelho de 50.000 habitantes, não sabendo se havia alguns elementos que as outras forças políticas tinham e não conseguiam identificar, porque eles não entendiam essa relação. Também não entendiam porque é que estavam sempre a focar o processo de morosidade processual. -----

-----Relativamente à deslocação dos munícipes questionou se, por exemplo, para os munícipes da Quinta do Conde, era mais fácil virem a Sesimbra ou se a Setúbal, respondendo que certamente seria mais fácil irem a Setúbal.-----

-----Foi dada a palavra ao **Deputado Miguel Ribeiro**, que referiu que as declarações do Deputado Lobo da Silva o surpreendiam ao associar esta matéria a uma questão partidária, julgando que todos eles

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

estavam a falar aí de uma questão que era suprapartidária, e que interessava a todos os munícipes de Sesimbra e todas as forças políticas independentemente de serem da direita, centro ou esquerda. -----

-----A propósito dos comentários que tinham sido feitos, da deslocalização da secção de execução de Setúbal para Alcácer do Sal ser feita por tempo indeterminado, era importante referir que normalmente quando havia este tipo de reformas, e se dizia que era provisoriamente, sabiam que isso nunca tinha fim à vista relativamente ao período em que as coisas duravam. O que era certo era que, com mais ou com menos tempo de permanência da secção de execução de Setúbal na secção de proximidade de Alcácer do Sal, isto obrigaria os munícipes, as testemunhas e as partes, assim como todos os intervenientes do processo a dirigirem-se a Setúbal caso houvesse um julgamento, ou oposição à execução. -----

-----Também se tinha falado aí na questão da morosidade processual, e só quem andava nisso é que sabia como funcionavam os tribunais em Setúbal, e nesse momento tal como estava o mapa judicial organizado, o tempo de espera e o tempo que demoravam os Despachos ao nível dos tribunais do trabalho e dos tribunais de família e menores, tribunais criminais e tribunais cíveis em Setúbal era uma autêntica desgraça, e ele falava com conhecimento de causa. Pediu que imaginassem o que era cumular ações de Sesimbra nestes tribunais, assim como o que é que seria no fundo a justiça para os cidadãos. -

-----Frisou que na Constituição Portuguesa, eram os tribunais que supostamente administravam a justiça em nome do povo, e com essa reforma do Mapa Judiciário, os tribunais eram completamente desconsiderados e esvaziados de competências. Promovia-se no fundo aquilo que se tentava combater há algum tempo, que era a desertificação das zonas de província do interior, sendo isto um autêntico atentado à justiça, ao povo, aos direitos dos cidadãos e à Constituição. -----

-----A justiça, a saúde, entre outras, eram conquistas resultantes da revolução de abril, que deviam salvaguardar e defender a todo o custo, daí que essa moção fizesse todo o sentido pelo que lamentavam que a mesma não fosse subscrita pela bancada do PSD/CDS. -----

-----Foi dada a palavra ao **Deputado Manuel José Pereira**, que referiu que não iria responder à polémica que o Deputado Lobo da Silva tinha tentado instalar, ao comparar os projetos dos Governos. Achava que, depois de toda a discussão em torno da proposta de moção, apresentada na última reunião da AMS e que tinha baixado para análise ao nível da Comissão de Líderes, uma vez que havia dúvidas tornava-se necessário alguns esclarecimentos. -----

-----Disse achar muito estranho que a posição do PSD não tivesse sido no sentido de tentar introduzir na moção aquilo que eles consideravam ser em defesa dos interesses do concelho, porque vinha a ser esse o habito do PSD nesta Assembleia, como aliás tinha sido na Câmara, pois na Câmara, o Vereador PSD

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

votara favoravelmente a moção que tinha sido presente à Câmara, em tudo muito idêntica áquilo que se pretendia dizer aqui nesta Assembleia, ou seja, pretendia-se chamar à atenção e dialogar, numa reunião com a Ministra da Justiça e com os grupos parlamentares representados na Assembleia da República, ou seja, não estavam aí a fazer nenhuma ação de bandeiras pretas a dizer mal de tudo e de todos e que não havia solução.-----

-----Nesta matéria em particular - a justiça - que quanto a si era o pilar fundamental de Portugal de abril, onde assentava o estado social, o acesso à justiça de ricos e de pobres em igualdade de circunstâncias, achavam muito estranho que o PSD nesta Assembleia Municipal, tivesse resolvido não dar o seu contributo e inclusive não ter estado, com certeza por indisponibilidade do Deputado Lobo da Silva, na reunião que tinham tido aí com a Delegação de Sesimbra da Ordem dos Advogados, reunião essa que tinha sido exemplar, do ponto de vista de conhecerem profundamente a realidade do tribunal de Sesimbra, e de verem que noventa e tal por cento do movimento do tribunal de Sesimbra iria ser deslocalizado para Alcácer do Sal, o que era muito mau. Acrescentou que se fosse tão provisório como tinha sido o tribunal de Sesimbra, significava 30 anos.-----

-----Salientou que essa reforma era de facto prejudicial para a população, naquilo que eram os seus direitos de acesso à justiça, assim como para a economia do concelho, na medida em que por qualquer problema que houvesse de uma empresa, o acesso à justiça iria demorar mais tempo e custar mais caro.

-----Já sabiam que havia vários PSD's, o PSD do Governo, o PSD do Presidente da República, o PSD dos comentadores, etc., etc., mas em Sesimbra estavam habituados a que houvesse alguma consideração por aquilo que eram os valores dos municípios e do concelho, mas nesse dia ficava demonstrado que afinal isso não era verdade.-----

-----De seguida usou da palavra, o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, **Deputado Vitor Antunes**, que referiu que na Assembleia de Freguesia também tinha sido aprovado um documento, muito mais modesto, mas por unanimidade.-----

-----Referiu que, tal como o Presidente da CMS, tinha estado presente na Tomada de Posse da Delegação de Sesimbra da Ordem dos Advogados, no dia 19 de março, onde estavam advogados que do ponto de vista da sua fidelização partidária estava em crer que eram insuspeitos, e tinha ouvido incluindo a Bastonária da Ordem dos Advogados afirmar que a defesa dos interesses dos cidadãos passava também por estas ações.-----

-----A percentagem de diligências que iriam ser transferidas para Alcácer do Sal era assustadora, e isso naturalmente prejudicaria todos os residentes no concelho, independentemente de residirem na Vila

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

de Sesimbra, Alfarim ou Quinta do Conde, pois de onde quer que fossem a distância para Alcácer do Sal era muito elevada.-----

-----Disse gostar de sublinhar que a perda de identidade a que se estava a assistir nesta matéria, era correspondente à da saúde, e extensiva a muitas outras áreas de intervenção como a educação, segurança social, entre outras.-----

-----Sublinhou que o Deputado Lobo da Silva não tinha dito perentoriamente que não votaria a favor, apenas não subscrevera a moção, pelo que não deduzir que votaria contra ou se iria abster-se, pelo que deixava aí o seu apelo ao Deputado para que ponderasse e votasse favoravelmente este documento, independentemente de quem tivesse redigido o mesmo, pois estava em crer que esse refletia bem aquilo que era a grande preocupação naquele momento, até porque, estes ataques à identidade do concelho, não eram propriedade do atual Governo, pois já vinha de longe, portanto não tinha que ser o PSD a tomar as dores que eram dos outros.-----

-----Solicitou intervenção, o **Deputado Francisco Cordeiro**, que lembrou que tinham votado à pouco uma moção ao 25 de abril. Abril como todos sabiam e sentiam, uns mais do que outros devido à idade, que tinha vindo trazer a justiça, a educação e a igualdade de oportunidades para todos. Essa situação que se colocava era mais uma “machadada” na falta de igualdade entre os cidadãos, mas podiam também falar nas custas judiciais e de muitas outras coisas.-----

-----Pouco a pouco iam perdendo serviços públicos, ao nível da justiça, educação, ou saúde, quando estes deveriam ser serviços de proximidade às populações. Frisou que estava errado acabar com esses tribunais e deslocalizá-los, o que tornava, no caso de Sesimbra, quase impossível o transporte público, pois era caro e raro, para além das custas judiciais.-----

-----O Governo pretendia com estas medidas que os cidadãos não tivessem acesso aos serviços públicos e aos direitos que abril tinha vindo converter em realidades. Esta era uma questão de todos e que dizia respeito a todos, mas também podiam falar dos profissionais que estavam a trabalhar nestes estabelecimentos, questionava-se como seria a vida deles e das famílias, e se não teriam mesmo de mudar de casa. Chamou a atenção para o facto de haver aí muitas coisas que transtornavam toda a gente.-----

-----Frisou mais uma vez que esta era uma questão dos serviços públicos, em que não podiam passo a passo a encerrar todos, pois se calhar qualquer dia teriam que ir a Espanha, sendo que isso já se passava nalgumas situações, como por exemplo para o nascimento dos filhos.-----

-----Usou da palavra o **Deputado Miguel Alarcão Bastos**, que disse ter escutado com atenção a

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

intervenção do deputado Lobo da Silva, tendo sentido que havia nela a procura de uma argumentação louca para não aprovar esta moção. Frisou que tinha ficado desmotivado relativamente ao seu conteúdo, e fundamentalmente por essas questões que os afetavam. Salientou que na moção, independentemente de concordarem ou não com alguns dos aspetos aí expressos, e ele aceitava a crítica do “fait divers” de que se tinham colocado aí outras coisas. -----

-----Salientou que o fundamental dessa moção era extremamente importante e chocava-o sempre que uma força política, independentemente de qual, não fosse sensível a esse problema porque a realidade era que viviam num país em que cada vez mais, havia uma justiça para ricos e uma justiça para pobres e as consequências desse tipo de reforma era que iria aumentar drasticamente a diferença entre os ricos e os pobres, e o PSD que sempre tinha tido o estandarte da defesa dos direitos dos mais desprotegidos, devia ser sensível nesta bancada a este tipo de intervenções, e deviam ter feito um esforço ainda maior para a obtenção de consenso de forma a que a moção não contivesse textos ou parágrafos que os incomodassem. -----

-----Disse lamentar profundamente que não fossem sensíveis a estas questões. -----

-----O Deputado Lobo da Silva tinha referenciado que o PS tinha uma proposta de eliminar 40 tribunais, mas o que ele podia garantir era que se fosse essa a proposta, e se a proposta contivesse aspetos idênticos aos da moção em apreciação, podia garantir que a proposta teria aí o seu voto negativo, pois vivia num país e numa democracia que lhe permitia fazê-lo e o seu partido não o iria expulsar por discordar das posições que iria assumir. -----

-----Lembrou que durante o Governo do Partido Socialista, tinham encerrado alguns SAP's, (Serviço de Atendimento Permanente) e ele desde o início sempre considerara que essa medida era uma medida adequada e que se justificava, na medida em que tinha trabalhado no Hospital de Sesimbra durante vários anos, e passava noites inteiras em que não fazia literalmente nada, ou em que era apenas chamado para tratar de pessoas alcoolizadas. Tinham que ter a consciência de que eram um país de recursos limitados e que tinham de fazer reformas, mas as reformas tinham de ser feitas com cabeça, tronco e membros, não podendo ser feitas de qualquer forma, pois a consequência mais grave disso tudo é que continuavam a ser sempre os mesmos que iam pagar a fatura. -----

-----Solicitou intervenção o **Deputado Eduardo Amigo**, referindo-se às preocupações do Deputado Manuel José Pereira sobre a existência de vários PSD's, ele congratulava-se por isso, assim como havia vários PS's, e isso também era “Abril”, ou seja, havia liberdade para poderem expressar publicamente as suas diferenças, como afirmara e bem o Deputado Miguel Bastos. -----

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Quanto a pretender-se ligar esta moção à moção que tinha sido levada a votação no executivo camarário, elas não eram a mesma coisa. A moção que tinha sido levada a votação na Câmara Municipal, e que tinha sido aprovada por unanimidade, era uma moção objetiva, centrada na justiça e que não misturava temas. A moção em apreciação misturava temas e era agressiva relativamente ao Governo e, na opinião da sua bancada, ostensivamente vocacionada para isolar nesta Assembleia o PSD. -----

-----Acrescentou que obviamente não se deixavam de identificar com uma série de situações que eram retratadas de uma forma detalhada nos considerandos da moção e reconheciam que de facto em alguns aspetos esta nova organização judiciária administrativa no concelho de Sesimbra iria traduzir-se num afastamento da justiça para os cidadãos, e não tinham qualquer problema em reconhecer isto, no entanto voltavam a dizer que esta moção misturava temas, pois tanto servia para chamar arrogante ao Governo como para trazer à discussão temas como a saúde ou a reorganização administrativa, nomeadamente a redelimitação das freguesias, pelo que nem sequer percebiam o que é que esse tipo de questões estava a fazer nessa moção. -----

-----Pedi que não esquecessem que esta Lei que era agora posta em vigor, cumpria um Memorando de entendimento com a TROIKA e que tinha sido assinado pelo PS, tratando-se de um Memorando que acreditavam que era difícil de expressar em Lei, sendo um exercício difícil, exigente e obviamente gerador de injustiças pontuais, e que relativamente ao concelho de Sesimbra esperavam ver corrigidas. -----

-----A posição do PSD nesta Assembleia era a de não inviabilizarem a moção, mas de alguma forma marcarem aquilo que lá estava expresso.-----

-----Usou da palavra o **Deputado Lobo da Silva**, que disse gostar de esclarecer o Deputado Manuel José Pereira que em Sesimbra não havia vários PSD's, mas se quisessem ir por aí, se calhar, a nível do Partido Socialista também poderiam dizer que havia vários Partidos Socialistas em Sesimbra, e se calhar os dedos das duas mãos não chegavam para os contabilizar. -----

-----Foi dada a palavra à **Deputada Ana Cruz**, que referiu que a sua intervenção se prendia muito diretamente com a moção e não só. Referiu que quando nascera já se tinha dado a revolução do 25 de abril, não tendo passado felizmente pelo antes 25 de abril, e foram-lhe dados valores e conquistas de abril, enquanto adquiridos. Disse julgar que, naquele momento, atendendo à situação à data do país, estavam todos a conjugar o verbo errado, quando era dito "já tivemos acesso à educação para todos", "já tivemos justiça ao alcance de todos", "já tivemos a saúde ao alcance de todos", e naquele momento não tinham e iam também ficar sem o Tribunal. -----

-----Lembrou que só na freguesia de Santiago existiam cerca de 5000 pessoas sem médico de família,

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

pelo que andavam todos a conjugar mal o verbo das conquistas que tinham sido feitas. -----

-----Interveio o **Deputado Miguel Ribeiro** que disse gostar de prestar um pequeno esclarecimento para quem não tinha ouvido, ou seja o PSD tinha tido oportunidade de propor alterações à redação do texto da moção e tinha preferido não fazê-lo. Poderia ter sugerido a retirada de algumas expressões ou comentários, mas tinha preferido não fazê-lo demarcando-se desta moção.-----

-----Dado não haver mais nenhuma manifestação de intervenção, a Presidente da Assembleia colocou a votação a moção **subordinada ao título “MAPA JUDICIÁRIO - Uma solução inaceitável para Sesimbra”, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 21 votos a favor (13 CDU, 6 PS e 2 MSU) e 2 abstenções do PPD/ PSD-CDS-PP.**-----

-----**Solicitou Declaração de Voto, o Deputado Lobo da Silva**, e que se passa a transcrever: -----

-----*“Tal como já estava previsto, as atuais Comarcas 231 Comarcas passam a ser apenas 23, com sede nas capitais de distrito e conseqüentemente um significativo alargamento da competência territorial. O Ministério da Justiça aposta na especialização, pelo que alguns tribunais que agora são de competência genérica, passam a ter competências especializadas.* -----

-----*Dos atuais 311 tribunais, 264 são convertidos em 218 secções de instância central e 290 secções de instância local. Quanto às secções especializadas, que eram atualmente 230, passam para 390. Já os tribunais de Comarca passam a ser instâncias centrais destinadas a causas de valor mais elevado, de especial complexidade ou especializadas em razão de matéria. As instâncias centrais julgam causas acima dos 50.000 euros, crimes de competência de tribunais coletivos e têm secções de competências especializadas, comércio, execução, família e menores e instância criminal e trabalho que podem situar-se noutras localidades do distrito.*-----

-----*Este Mapa Judiciário traduz uma das 3 reformas estruturais da justiça portuguesa e que vai permitir uma aproximação muito grande do cidadão à questão dos tribunais. A nova geografia judicial garante uma justiça mais célere e de maior qualidade. A morosidade e a diferença de jurisprudência são inibidoras do desenvolvimento e do investimento. O grande impacto desta reforma passa também por tornar a justiça mais especializada dos cidadãos. Apesar do que diz a moção, tendo em conta a Lei atual e que entra em vigor a 1 de setembro de 2014, a maioria dos processos que eram tratados em Sesimbra continuam a ser tratados em Sesimbra. Só os de maior passarão para Setúbal. Não podemos esquecer que o Memorando do Partido Socialista previa o encerramento de 49 tribunais”.*-----

-----Dado não haver mais nenhuma solicitação, a Presidente prosseguiu com o **“PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AOS CIDADÃOS”**-----

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----A Presidente indicou que tinha a inscrição de 3 munícipes, tendo começado por dar a palavra a José Silva Duarte. O munícipe começou por informar que residia na estrada velha da Venda Nova, e essa era uma designação que lhe tinha sido transmitida à 17 anos, quando tinha ido para lá viver, mas parecia que só os Serviços Municipalizados é que a conheciam, porque no ultimo ofício que tinha recebido da Câmara, a mesma era identificada como uma estrada de ligação entre a Rua Joaquim Pinto Brás – Urbanização da Carrasqueira.-----

-----Indicou que essa estrada era revestida a *touvenan* desde que lá vivia, 1º um *touvenan* de menor qualidade que se estragava bastante e depois um *touvenan* supostamente de melhor qualidade, e de facto estragava-se menos mas fazia 5 vezes mais pó. Referiu que inclusive, a sua casa era conhecida pela casa dos cedros brancos, pois o pó do *touvenan* fazia com que as arvores ficassem com essa coloração, assim como o telhado e restante envolvente.-----

-----Em junho de 2008 solicitara ao Presidente da Junta de Freguesia uma reunião, onde tinha estado com o Sr. Armando João da Silva Gomes para exporem a situação que se vivia nessa rua, tendo inclusive deixado um CD com fotos extremamente esclarecedoras. No fundo tratava-se de uma situação de saúde pública, e não meramente estética, no entanto não tinham tido qualquer resposta.-----

-----Em 2011 o próprio, assim como o antigo Presidente da junta de freguesia do Castelo, Sr. Florentino Silva, tinham solicitado uma reunião ao Presidente da Câmara, onde tinham exposto a situação uma vez mais, mas também não tinham tido mais nenhuma notícia por parte da Câmara. Acrescentou que também tinha sido feito um abaixo-assinado.-----

----- Essa estrada tinha começado a ser mais utilizada, desde que se tinha dado a abertura do hipermercado “Continente”. Nas últimas eleições autárquicas tinha estado numa sessão de esclarecimento, onde o Presidente da Câmara tinha referido a intenção de um grupo comercial abrir uma grande superfície, não se recordando se seria em Alfarim ou Aldeia do Meco, mas tinha sido recusado. No entanto a população de Alfarim, Aldeia do Meco, Aiana, Zambujal, para irem ao hipermercado Continente passavam pela estrada onde ele vivia, e por hora em média tinham 10 nuvens de pó.-----

-----Depois de várias solicitações, algumas até um pouco fora do convencional, tinham ido fazer um 1º orçamento para pavimentação da estrada, seguindo-se outros. Os orçamentos não estavam datados, mas estavam assinados e não tinham número, tendo apenas o logotipo de estimativa orçamental e o logotipo da Câmara.-----

-----Especificou que o 1º orçamento totalizava cerca de 16.562€. Passado 4 meses tinham recebido uma 2º estimativa, e para o mesmo trabalho o valor quase que duplicara, passando para 29.888€.-----

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----O 1º orçamento não contemplava escavação, e no 2º indicavam que escavariam 20 cm de *touvenan* para depois encher novamente com *touvenan*, o que era curioso, pois o que lá estava, estava lá há 17 anos muito bem compactado, mas iam escavá-lo para depois pôr um novo que iria ficar solto e depois quando colocassem o asfalto, passado dois anos iria haver bossas. -----

-----Após a apresentação do abaixo-assinado de mais de 100 cidadãos, que entretanto se extraviara, e após várias insistências com a Câmara, tinha aparecido um 3º orçamento onde curiosamente o assunto era “pavimentação e construção da drenagem pluvial no troço do arruamento municipal na Venda Nova, rua “tal”, urbanização da Carrasqueira”. O texto por sua vez era mais curto do que o assunto “*Em resposta à carta de V. Exa. sobre o assunto em título, informo que não há disponibilidade financeira para este investimento, pelo que junto em anexo a planta de implantação e estimativa orçamental*”. -----

-----Especificou que o 1º orçamento era de 16.000euros, o 2º de 29.000euros e o 3º de 151.000 euros. O 1º não tinha levantamento do solo, o 2º tinha escavamento de 20 cm e o último já tinha 40 cm de escavamento, que custava grosso modo 3.700 euros. Para levarem os produtos 4.800 euros. Para colocar o novo *touvenan* 21.000 euros, portanto tiravam e voltavam a pôr a mesma coisa.-----

-----Salientou que curiosamente, no último projeto propunha-se asfaltar uma estrada num terreno particular e não municipal, assim como asfaltar 3 bocados que já estavam asfaltados e não tinham buracos, e aqui com certeza iam levantar o asfalto para voltar a colocar lá asfalto. Também era proposto asfaltar uma estrada cujo utilizador normalmente utilizava a casa no mês de agosto, pois nem aos fins de semana cá vinha. -----

-----Posto isto, era natural que não houvesse cabimento orçamental.-----

-----Frisou que aquela estrada era cada vez mais utilizada pelos motivos aduzidos, pelo que solicitava particular atenção ao exposto. Indicou que inclusive uma pessoa que tinha vivido em sua casa tinha tido de a abandonar porque não conseguia respirar aquele ar cheio de pó, tendo chegado a pensar em deslocar-se à Delegação de Saúde para apresentar o assunto. Salientou que não era apenas por uma questão de estética, mas sim pela funcionalidade e qualidade de vida de quem lá vivia e isso nenhum dos moradores daquela rua tinha. -----

-----Acrescentou que nesse ano em que o inverno tinha sido mais ou menos rigoroso, tinham lá ido duas máquinas duas vezes numa semana para reparar o pavimento. As máquinas custavam dinheiro e gastavam gasóleo, e levando em conta os trabalhadores e material despendido, se calhar já teria sido mais barato asfaltar a estrada.-----

-----Finda a intervenção do munícipe foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara**, que referiu que

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

tinha sido confrontado com essa questão aí no local, e da observação muito rápida que tinha feito a essas 3 estimativas orçamentais, as mesmas tinham de facto valores substancialmente diferentes, havendo aí um conjunto de diferenças que certamente o munícipe também tinha reparado, independentemente de considerarem se se justificava ou não fazer o tipo de intervenções que elas suscitavam, e isso era discutível. -----

-----Aparentemente na 1ª estimativa, tratava-se apenas de pavimentar a estrada tal como ela estava, não havendo nenhuma solução objetiva para as águas pluviais. Na 2ª, havia uma execução de valetas em betão, o que naturalmente era muito onerosa, sendo que às vezes as valetas eram mais caras do que o pavimento que se colocava na estrada. A 3ª estimativa já contemplava a colocação de lancis e uma série de intervenções que as outras não contemplavam. -----

-----Frisou que não conhecia em pormenor estes orçamentos, pois não tinham passado diretamente pela sua mão, mas estava em crer que a Câmara ainda não teria tomado uma decisão sobre qual a solução possível de concretizar, no entanto uma coisa era certa, era que não iriam fazer mais caro se fosse possível fazer mais barato, não havendo qualquer vantagem. -----

-----Prosseguiu, referindo que havia situações em que era completamente absurdo colocar lancis, pois se calhar com esse dinheiro podiam fazer 5 ou 6 estradas como aquela. Quanto a essa situação, iria vê-la com os responsáveis da área. -----

-----Como era do conhecimento público, a CMS tinha feito um conjunto grande de intervenções a nível da rede de saneamento na freguesia do Castelo, sendo intenção após essa intervenção fazer de forma programada a pavimentação desses arruamentos, pois era óbvio que não era possível fazer tudo ao mesmo tempo por falta de dinheiro. Recentemente tinham feito um levantamento de um conjunto de estradas onde tinha sido feita intervenção da rede de saneamento, e definido um grau de prioridade para essa vias, começando pelas ruas onde tinha sido instalada a rede de saneamento e onde havia um maior número de moradores, no sentido de resolver mais problemas. -----

-----A lista de prioridades ia de 1 a 4, ficando a rua do munícipe na gradação 2. Acrescentou que independentemente do custo do arruamento, a orientação dada aos Serviços, era a de utilizar materiais mais económicos do que o próprio tapete asfáltico, que podiam ser aplicados nomeadamente em ruas com pouco trânsito, onde muitas vezes eram só os moradores que lá passavam. -----

-----A rua do munícipe, dado estar na prioridade 2 não fazia parte do grupo das ruas que iam ser asfaltadas, no entanto face ao exposto iriam reavaliar essa situação, com a certeza que era para fazer pelo preço mais baixo possível. -----

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----**O munícipe** solicitou novamente intervenção para acrescentar que, dado serem da prioridade 2, apesar de lá passarem cento e tal carros por dia a acelerar, antes da reunião que tinha tido com o Sr. Armando João da Silva Gomes e com o Presidente da Junta de freguesia do Castelo, a Câmara tinha lá colocado lombas, no sentido de reduzir a velocidade e conseqüentemente a emissão de pó, e ao que constava tinha havido muitas pessoas que se tinham queixado que essas lombas não permitiam acelerar e que davam cabo das suspensões dos automóveis. As lombas que permitiam reduzir substancialmente a emissão de pó do *touvenan* tinham sido retiradas pela CMS e voltaram a ter uma “autoestrada”. -----

-----De seguida foi dada a palavra ao munícipe Armando João da Silva Gomes que disse ser vizinho do Sr. José Silva Duarte, e o caso que ele vinha apresentar era o mesmo que já tinha sido apontado, e para não perderem tempo, não valia a pena estar a repetir o que já tinha sido dito.-----

-----Usou da palavra o munícipe João Aldeia que disse querer prestar dois testemunhos e o primeiro relacionava-se com as funções que tinha desempenhado enquanto Diretor do Jornal “O Sesimbrense”, durante 5 anos e meio, tendo acompanhado bastante a Assembleia Municipal, pelo que gostaria de testemunhar e agradecer a colaboração prestada pela Assembleia Municipal, pelos Deputados municipais e pelos Serviços da Unidade de Apoio, na medida em que procurara acompanhar as sessões, mas quando isso não fora possível, sempre tinha tido acesso à documentação e gravações. -----

-----Acrescentou que este agradecimento era extensível à Câmara Municipal, nomeadamente Vereadores e Serviços da Câmara onde se tinha passado exatamente a mesma coisa, e também aos Presidentes das Juntas de freguesia, ainda que tivesse consciência que não tinha sido possível um projeto que havia para o jornal abranger aos trabalhos das juntas.-----

-----O seu projeto consistia em dar mais visibilidade ao que se passava nestes órgãos, não só falar das deliberações, que consideravam o mais importante, mas também detalhar a posição de cada partido pois esse era um aspeto importante, assim como a vida mais direta dos partidos e sobre o que se passava dentro dos mesmos. Tinha consciência das limitações, nomeadamente da falta de espaço relativamente a esse assunto. -----

-----O jornal era mensal e falar de todos os assuntos tratados numa sessão, assim como da posição das diferentes partes tornava-se difícil, no entanto dando seguimento à sua análise e projeto, nas últimas edições já tinha sido visível o aumento desse espaço. -----

-----Dado ter consciência das limitações ao mesmo tempo que agradecia pedia desculpa por alguma omissão, pois era muito difícil às vezes resumir determinadas intervenções a uma frase. -----

-----O 2º testemunho, tinha a ver com o facto de estarem a comemorar os 40 anos do 25 de abril,

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

uma mudança importante e positiva na sociedade portuguesa e estavam também a comemorar os 100 anos da Sociedade Musical Sesimbrense, pelo que gostaria de deixar o testemunho de um jovem, que tinha vivido na década de 60, ou seja ele próprio, a década em que o António Cagica Rapaz tinha classificado como a década maravilhosa, visão que ele comungava. -----

-----Na época Sesimbra tinha coisas maravilhosas, mas tinha outras negativas e uma das coisas negativas que havia e que ele tinha sentido muito enquanto adolescente, era a estratificação da sociedade e a maneira como uma certa elite, ou que se considerava elite, tratava as outras pessoas. Não ia entrar em pormenores, mas esse tipo de tratamento, essa estratificação e diferenciação que no fundo era um sistema antidemocrático, uma vez que as pessoas não eram todas tratadas de forma igual, não só se traduzia ao nível político, e isso era o mais evidente, mas traduzia-se ao nível das coletividade de cultura e recreio. -----

-----Nem todas as coletividades de cultura e recreio em Sesimbra estavam abertas de forma igual para todas as pessoas, e o próprio que era um jovem bastante tímido, mas lá ia vencendo essa timidez com uma certa ousadia e tentava participar naquilo que estava disponível, e não era muita coisa a nível de atividades para jovens. Tinha exemplos de ter sido mal recebido e até barrado nalgumas instituições, mas o que ele queria testemunhar não era isso, mas que, pelo contrário a Sociedade Musical Sesimbrense nessa altura tinha-o acolhido de braços abertos, proporcionando-lhe educação musical, e não era uma educação musical qualquer, porque tinha sido feita diretamente pelo regente da banda, o Mestre António Pereira da Cruz, excelente músico, com outras excelentes qualidades. -----

-----A propósito destas duas efemérides deixava o seu testemunho, assim como uma saudação à Sociedade Musical Sesimbrense. -----

-----A Presidente da Assembleia referiu que também gostaria de agradecer, em nome da Assembleia Municipal e dos Serviços. Considerava que a colaboração e apoio prestado, eram de todo indispensáveis a qualquer órgão da comunicação social, e a qualquer estudioso, como sabia que o João Aldeia era, para que melhor pudesse testemunhar e enriquecer aquilo que era a notícia num jornal. -----

-----Disse lembrar-se de o João Aldeia estar presente nas sessões da Assembleia Municipal, e quando diziam que não tinha estado presente a comunicação social, era referido que tinha estado o Sesimbrense com o João Aldeia e as pessoas respondiam “ mas esse é da casa...”, portanto tinham aí uma expressão que manifestava a sua presença assídua às sessões da assembleia municipal, pelo que ficava o agradecimento por aquilo que fazia parte das suas responsabilidades, mas também agradecer o trabalho



Assembleia Municipal de Sesimbra

que o João Aldeia tinha prestado, assim como dizer-lhe que continuavam disponíveis para participar na investigação e estudo que iria continuar a fazer -----

-----Quanto ao 2º testemunho que prestara, disse ser evidente que ficava aí o registo, pois a Sociedade Musical Sesimbrense, como outras do concelho, atingira um século de existência, havendo outras que caminhavam de forma árdua e difícil, quase heroica, a promoção da prática desportiva, da atividade cultural, da vida artística, das artes e das letras, com o contributo de muitos e muitas dirigentes que de forma anónima e gratuita prestavam um serviço público.-----

-----Questionou o **Presidente da Câmara**, se este pretendia dizer algo sobre esta questão, tendo o Presidente dito que em relação à Sociedade Musical Sesimbrense, não podia estar mais de acordo, pois ele próprio, sendo alguns anos mais jovem do que o João Aldeia, tinha testemunhado exatamente a mesma coisa, pois havia de facto instituições estratificadas na Vila de Sesimbra e havia coletividades onde era mais difícil entrar, ou quase impossível. -----

-----Também tinha tido o orgulho de frequentar a Sociedade Musical Sesimbrense, e de ter tido aulas de música com o Mestre António Cruz, não tendo chegado a sair na banda na medida em que não era muito dotado para as artes musicais, até porque mais ou menos na mesma altura envolvera-se na política e vira-se obrigado a fazer uma opção. -----

-----Podia testemunhar que a Sociedade Musical era muito aberta a todas as camadas da população, sendo-o inclusive à data, e não era por acaso o sítio onde os pescadores se sentiam em casa, pelo que achava muito justa a referência ao centenário da Sociedade Musical Sesimbrense.-----

-----Encerrado o período de intervenção aberto ao público, foi dada a passagem ao ponto 2 da Ordem de Trabalhos:-----

-----**2. INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPETIVA AVALIAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2013 E DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS APROVADOS NO EXERCÍCIO DE 2013** -----

-----A Presidente informou que sobre esta matéria, tinha sido realizada uma reunião das comissões conjuntas, no passado dia 8, onde tinham estado presentes o Presidente da Câmara e o Vereador José Polido, assim como técnicos do município a fim de prestarem esclarecimentos que tinham considerado oportunos. Sobre esta matéria não tinha havido manifestação de voto, tendo ficado a intenção de voto reservada para o Plenário. -----

-----**O Presidente da Câmara**, com o apoio de uma projeção em power point, começou por referir que as contas do ano de 2013 eram globalmente positivas, e tendo em conta a conjuntura macroeconómica

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

em que o município tinha desenvolvido a sua atividade durante o ano, consideravam que o resultado tinha sido excelente sobre todos os prismas, quer financeiro, quer em termos de trabalho realizado. ----

-----O valor global do orçamento, que tinha atingido quase 54 milhões de euros, tinha sido o maior orçamento de sempre da Câmara Municipal de Sesimbra. Disse ser verdade que também tinham tido aí nesse ano um valor proveniente de empréstimos, nomeadamente o empréstimo do PAEL (Programa de Apoio à Economia Local), que era significativo, mas mesmo deduzindo o valor dos empréstimos era o maior orçamento de sempre da CMS. -----

-----Havia um aumento da despesa com o pessoal, mas a mesma não tinha a ver com remunerações pois neste campo verificara-se uma redução residual, ou seja uma estabilização das despesas com remunerações. Especificou que o aumento de despesa com pessoal tinha a ver essencialmente com o pagamento de dívidas em atraso à ADSE, que tinha passado de 2,3 milhões de euros em 2012 para 5,1 milhões de euros tendo sido utilizado dinheiro do PAEL, e a dívida à ADSE era contabilizada como dívida com pessoal, o que fazia empolar a despesa com pessoal.-----

-----Esse aumento também tinha a ver com o acréscimo das despesas com a Segurança Social, em resultado das medidas tomadas pelo Governo, que tinha vindo a fazer gradualmente com que os municípios pagassem cada vez mais enquanto entidade patronal na parte que correspondia à Segurança Social dos trabalhadores.-----

-----Realçou o facto de ter havido em 2013 um aumento das receitas com impostos locais na ordem dos 2,2 milhões de euros, cerca de 17,1% relativamente ao ano anterior, mas o ano anterior tinha sido um ano especialmente mau, como era normal no período de crise em que estavam.-----

-----Também referiu o aumento de receita, proveniente de fundos comunitários. Em 2013, tinham atingido os 4,8 milhões de euros, e isso era resultado também das opções seguidas pela Câmara, ao apresentar um conjunto de candidaturas a fundos comunitários nas mais diversas áreas, com destaque para as obras da frente marítima de Sesimbra, obras dentro do núcleo antigo de Sesimbra, obras de saneamento do Castelo, obras nas escolas, tendo essas 3 frentes significado um volume muito significativo de obras e como era óbvio uma transferência de fundos comunitários, diretamente proporcional.-----

-----Uma redução muito significativa da dívida de curto prazo, na ordem dos 9,6 milhões de euros, em que tinham fechado o ano com a redução de quase 50% da dívida de curto prazo, e este era um resultado muito significativo, e naturalmente tinha muito a ver com a utilização do empréstimo do PAEL para esse fim, mas independentemente disso tinha havido uma redução da dívida global.-----

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Como era óbvio, o empréstimo do PAEL tinha feito transformar dívida de curto prazo em dívida de médio/longo prazo, pois esse empréstimo tinha passado a contar para a dívida de médio/longo prazo. Se não houvesse outro tipo de poupanças, o valor da dívida ter-se-ia mantido igual, pois houve uma redução de mais de dois milhões de euros, cerca de 6% da dívida global, o que também era um facto inédito pois estava em crer que era a primeira vez que havia uma redução da dívida global na CMS em ano eleitoral, pois normalmente em ano eleitoral havia um aumento da dívida global, pelo que desde o 25 de abril tinha sido talvez a 1ª vez que isso acontecera. -----

-----Quanto à recuperação do endividamento líquido da Câmara, o dado também era extremamente positivo, pois tinham chegado de há uns anos a essa parte a não ter qualquer capacidade de endividamento, havendo uma melhoria significativa da situação financeira da Câmara. Esse número também refletia um novo método de cálculo da capacidade de endividamento da nova Lei das Finanças Locais, mas ainda assim significava que tinham recuperado significativamente e isso não queria dizer que iam agora utilizar esses 17 milhões de endividamento rapidamente para poder aumentar a dívida, mas era naturalmente confortável poder dispor dessa capacidade porque seria sempre uma almofada que poderiam vir a utilizar em caso de necessidade. -----

-----Quanto à redução do número de trabalhadores, no final do último ano tinham menos de 900 trabalhadores, tendo a camara chegado a ter 1100 trabalhadores. Nos últimos 3/4 anos tinha havido uma redução de quase 200 trabalhadores pelas mais diversas razões, desde contratos a prazo que não tinham sido aprovados por impedimento legal, a aplicação na prática da orientação do Governo que impossibilitava a contratação de novos trabalhadores e que obrigava a uma redução todos os anos do número de trabalhadores, mas que no caso da Câmara de Sesimbra essa redução tinha excedido o limite dos 2% imposto por Lei. -----

-----Não excedeu por vontade da CMS, mas sim essencialmente devido a pessoas que se tinham aposentado, mas também por renúncias de contrato, o que era um facto absolutamente inédito na Câmara Municipal, mas julgava que não era um fenómeno exclusivo de Sesimbra, mas antes um fenómeno revelador das profundas dificuldades financeiras com que vivia a população, porque no essencial estavam a falar de trabalhadores com rendimentos muito baixos, próximos do salário mínimo e que certamente não conseguiam estar a viver com o esse salário e provavelmente tinham emigrado à procura de melhor rendimento para as suas famílias. -----

-----Passou a realçar o investimento efetuado em 2013, quase quinze milhões de investimento, o que era de facto também um número muito significativo, seguramente o melhor dos últimos 10 anos. -----

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Referiu a taxa de execução das Grandes Opções do Plano, que tinham atingido os 82%, o que era também um número muito interessante. Passou a mostrar um gráfico com a evolução da despesa, onde podiam verificar que a despesa tinha crescido em 2013, como era normal, pois a receita tinha crescido e essa tinha sido utilizada para pagar despesa, e havendo uma dívida de curto prazo muito significativa na Câmara no final de 2012, que atingia quase os 20 milhões de euros, houve esse aumento da despesa que tinha servido para amortizar a dívida de curto prazo. -----

-----Também a despesa corrente tinha crescido porque dos 8,9 milhões do PAEL, mais de 6 milhões eram dívida corrente, tendo sido aí que se centrara a amortização da dívida de curto prazo e também a de capital, porque para além de haver parte da dívida do PAEL em capital, o programa de investimento prosseguira no ano anterior com um conjunto de obras que estavam à vista de toda a gente. -----

-----Tinham atingido 17 milhões de despesas de capital, num total de 53 milhões da despesa total. -

-----Na despesa corrente, o aumento mais significativo tinha a ver com o pessoal, como já tinha referido anteriormente, e que tinha a ver com o pagamento feito à ADSE, e tinha sido também nas aquisições de bens e serviços, pois era aqui que estava centrado o essencial da dívida a curto prazo da Câmara, e portanto tinha sido nessas rubricas que essas despesas tinham tido lugar. -----

-----Em relação às transferências correntes e aos encargos financeiros, o crescimento era muito pouco significativo. Nas despesas de capital, podiam verificar que num ano em que se construía mais habitações, a despesa de habitação crescia, e quando eram obras de saneamento crescia outra rubrica, e aí não se podia dizer que se tinha deixado de fazer isto ou aquilo, pois tinha a ver com o ano em que se fazia mais uma coisa e menos outra, pelo que esses crescimentos eram aleatórios.-----

-----Na análise do balanço da Câmara, também tinham aí dados importantes. Recordou que o resultado líquido de 2011 tinha sido negativo, cerca de 5,6 milhões de euros por parte da Câmara Municipal. A situação tinha melhorado substancialmente em 2012, onde ainda assim tinha havido um resultado líquido de setecentos e quarenta mil euros e em 2013 já apresentavam um resultado líquido positivo, de quase dois milhões de euros, havendo aí uma recuperação de 2,6 milhões de euros e no ano anterior já tinha havido uma recuperação de quase 4 milhões de euros, portanto em dois anos havia aí um salto muito significativo, de mais de 6 milhões de euros em termos de resultados da Câmara Municipal.-----

-----Outro dado relevante era que a dívida de terceiros à Câmara Municipal atingia 21,4 milhões de euros. Referiu que não ia dizer que toda essa dívida era cobrável, pois porventura havia uma parte que seria incobrável, mas o que era certo era que se recuperassem metade dessa dívida de terceiros à

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

Câmara, não teriam dívida de curto prazo. A dívida de curto prazo nesse momento que andava nos 9,9 milhões de euros, portanto se recuperassem metade daquilo que lhes deviam, não teriam dívida de curto prazo.-----

-----Na evolução do número de trabalhadores da Câmara Municipal, tinham chegado ao final de 2013, com um total de 895 trabalhadores, incluindo contratos a termo certo e por tempo indeterminado. Destes 895 contratos, 29 correspondiam a auxiliares de educação que estavam nos jardins de infância e que eram pagos pelo Ministério da Educação, no âmbito da delegação de competências para a Câmara, ou seja a Câmara, à semelhança do que acontecia noutros concelhos do país, construía os jardins de infância, faziam a manutenção. -----

-----Os Professores eram colocados diretamente pelo Ministério de Educação, mas os auxiliares eram colocados pela Câmara e Ministério depois pagava à Câmara a despesa com esse pessoal, o que queria dizer que o número de trabalhadores efetivamente pagos pela Câmara era de 866. -----

----- Disse gostar de recordar que, quando tinham iniciado o 1º mandato, o número de trabalhadores na Câmara era de 847, e na altura não havia pessoal pago pela DREL, e naquele momento tinham 866 trabalhadores pagos pela Câmara. Se comparassem os dois mandatos anteriores do Partido Socialista, com os dois mandatos da CDU, reparavam que entre 1997 e 2005, o número de trabalhadores na Câmara tinha crescido em 254 trabalhadores e entre 2005 e 2013 tinha um aumento de 19 trabalhadores. -----

-----A evolução da receita também era elucidativa, tendo havido um aumento substancial da receita total em 2013. As receitas correntes também tinham crescido, assim como as de capital.-----

-----Mostrou num gráfico o crescimento da receita sem o recurso a empréstimos, PAEL e outros, que a Câmara utilizara em 2013, e ainda assim havia um crescimento sustentado da receita de capital desde 2010, aproximando-se de anos mais favoráveis, como acontecera em 2001, 2003, etc. -----

-----Salientou que não tinha havido alienação de património durante esse ano e que aliás isso já vinha a acontecer há vários anos, até porque a conjuntura macroeconómica não o permitia, tratando-se essencialmente de receitas de fundos comunitários. -----

-----Na evolução dos impostos municipais, como já referira, os mesmos tinham crescido novamente em 2013 depois de terem tido uma quebra significativa em 2011 e 2012, pelo que se tinham aproximado dos valores de 2008 e ainda assim abaixo dos valores de 2007 e 2010. Em 2010 tinha havido um fator excecional que tinha sido uma arrecadação de IMT (Imposto Municipal sobre Transações) proveniente da venda de terrenos na área da Mata de Sesimbra, depois da aprovação do Plano de Pormenor que tinha trazido um aumento de IMT nesse ano.-----

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Também o IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) tinha um crescimento sustentado em 2013, e ainda assim tinha ficado muito aquém das expectativas e até das projeções feitas pelo Governo. Em termos reais havia um crescimento de 9,3 milhões de euros para 10,3 milhões de euros, ou seja cerca de um milhão de euros. Tendo em conta que em 2012 lhes foi amputado cerca de meio milhão de euros para pagar a avaliação extraordinária do IMI que tinha sido feita, a receita da Câmara teria sido não 9,3, mas 9,8 se não tivesse havido essa retenção por parte do Ministério das Finanças. -----

-----A CMS tinha mantido a taxa do IMI em 0,4, e as projeções do Governo tinham apontado para uma receita na ordem de quase 12 milhões de euros, no entanto só tinham arrecadado cerca de 10 milhões.

-----Apesar de tudo, admitiam que pudesse haver aí receitas que não tinham entrado por as pessoas não terem querido ou conseguido pagar esse IMI e que essa receita pudesse vir a entrar durante esse ano, através de acordos de pagamento que as pessoas pudessem fazer. -----

-----A evolução da dívida também era um dado relevante, mostrando no gráfico que a dívida total tinha tido crescimento muito significativo no 1º mandato do Partido Socialista, tendo estabilizado em 2002. Durante o 1º mandato da CDU, até meio mandato, tinha continuado a descer de forma significativa até 2007 e a partir daí a dívida global foi crescendo, essencialmente proveniente do aumento da dívida de curto prazo. Em 2012 já tinha havido um abrandamento do crescimento da curva ascendente da dívida, mas em 2013 havia efetivamente uma inversão do crescimento da dívida e que se traduzia numa queda acentuada da dívida de curto prazo, que tinha atingido em 2011 mais de 20 milhões de euros e no ano anterior já se tinha reduzido para baixo dos 20 milhões e à data reduzia-se para baixo dos 10 milhões.--

-----Havia aí uma subida da dívida de médio-longo prazo, porque o empréstimo do PAEL tinha passado a honorário de médio-longo prazo, mas o mais importante era que a dívida global tinha baixado cerca de dois milhões de euros. -----

-----Acrescentou que estavam no final do ciclo de dois mandatos, e tal como em relação aos recursos humanos, valia a pena recordar, que no início dos dois mandatos do Partido Socialista, a dívida global da Câmara era de oito milhões de euros e no final desses dois mandatos tinha atingido 24 milhões de euros, ou seja triplicara, e no mesmo período de oito anos a dívida global da Câmara tinha crescido oito milhões de euros, ou seja, tinha um aumento de cerca de 30%.-----

-----Passou a mostrar um gráfico com a relação da dívida de curto prazo, com a dívida de médio longo prazo, referindo que nos últimos 3 anos essa dívida de curto prazo tinha atingido valores muito significativos e era bom também recordar que tinha atingido esses valores porque a Câmara estava limitada no acesso ao crédito e não tinha podido, tal como acontecera em mandatos anteriores,

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

transformar dívida de curto prazo em dívida de médio-longo prazo, utilizando um empréstimo de médio longo prazo para amortizar dívida de curto prazo e aumentar a dívida de médio prazo. No ano passado isso tinha sido possível através do recurso ao PAEL. -----

-----Passou a mostrar um gráfico com a relação da dívida total com a receita corrente, referindo que no último mandato CDU tinha havido dois anos, 2011 e 2012, em que a dívida total era superior à receita corrente, e em 2014 já havia novamente uma inversão desta situação e a dívida total era inferior à receita corrente. Este não era um dado novo, pois já em 2002/2003 a dívida total era superior à receita corrente, tendo sido depois possível recuperar a situação e estavam confiantes que essa situação iria ocorrer novamente nesse ano. -----

-----Indicou que em 2002 também tinha havido um pico em que a dívida corrente representava cerca de 130% da receita corrente. Novamente em 2011 e 2012 a dívida excedera os 100%, andando pelos 105/106% e novamente à data abaixo dos 100%, o que mostrava uma melhoria da situação. -----

-----Mostrou um gráfico com a evolução desde 1997 a 2013 da despesa nos seus vários itens, desde pessoal, serviços, transferências, etc. e também das despesas de capital nas várias áreas. Também mostrou um outro gráfico com a evolução da receita nesses dois períodos. -----

-----Referiu-se à Carta Temática das AUGI, como um trabalho relevante dos últimos mandatos, não só dos dois mandatos em que presidia à Câmara mas já dos mandatos anteriores onde a mesma tinha tido início, vindo a ter um crescimento muito significativo. -----

-----Indicou que tinham 62 AUGIS delimitadas no concelho, 51 na freguesia do Castelo e 11 na freguesia da Quinta do Conde. 23 AUGIS já tinham a reconversão fechada, e já não havia comissões de administração, na medida em que as obras estavam completamente terminadas, entregues e geridas pela Câmara. Referiu que havia 4 AUGIS com Plano de Pormenor de reconversão, um deles já publicado e com obras muito avançadas. Mais de 10 AUGIS tinham obras avançadas ou já concluídas, onde alguns alvarás já tinham sido emitidos. Também havia um conjunto de 15 AUGIS delimitadas em 2011, onde 5 tinham acabado por ficar pelo caminho, mas 10 estavam no terreno e ainda nesse ano dariam início às obras.--

-----No Alto das Vinhas também havia 2 AUGIS, julgando que uma já tinha as obras concluídas e outra em fase de elaboração. Na Quinta do Conde, as AUGIS com maior relevância eram as 7 AUGIS da área do Casal do Sapo, Courelas da Brava e Fontainhas. Havia uma AUGI já com alvará emitido e outras com um loteamento já concluído. Todas elas tinham obras no terreno com exceção da AUGI 41, porque o loteamento tinha sido concluído à pouco tempo. A AUGI das Fontainhas, embora tivesse uma solução urbanística já fechada não vinha a revelar qualquer dinamismo da parte da Comissão de administração.

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Na Quinta do Conde havia duas AUGIS, junto ao Clube do Conde 2 que continuavam a aguardar alvará. A solução já estava encontrada, mas havia alguma inercia da parte das próprias comissões de administração. -----

-----A AUGI da Ribeira do Marchante com quem o município tinha celebrado um protocolo, no âmbito do qual a Câmara ia concluir as obras de urbanização, estava em fase de concurso público para a eletrificação, esperando que durante o mês de abril fosse entregue a versão final das propostas e que no verão as obras pudessem arrancar, depois do respetivo contrato assinado. -----

-----Passou a referir-se aos indicadores económico-financeiros, como tradução prática de um conjunto de obras muito significativas, destacando a Escola Básica de Sampaio, concluída no ano anterior, assim como o melhoramento do Parque Escolar noutras escolas do concelho -----

-----Referiu o início da 2ª fase das obras da Fortaleza de Santiago, julgando que até ao final de abril a obra do ponto de vista da construção civil ficaria concluída, incluindo o interior. -----

-----Mencionou a musealização da Pedreira do Avelino, que se tratara de uma obra, que tinha tido lugar em 2013. Também a recuperação do edifício Aníbal Esmoriz, embora numa solução ainda não definitiva mas que permitira abrir o espaço, como o espaço para galeria. Acrescentou que o edifício já tinha toda a estrutura metálica construída no interior do mesmo, assim como toda a estrutura de betão armado. A cobertura era provisória, faltando também todo o trabalho de conclusão dos interiores do edifício. -----

-----Referiu que tinham mantido a Temporada da Casa da Ópera do Cabo Espichel, e que tinham aberto ao público a Moagem de Sampaio, após a respetiva recuperação, fazendo um ano no dia 25 de abril que o espaço tinha sido inaugurado. -----

-----Na ação social e saúde, salientou a inauguração da 2ª fase da Creche da Liga dos Amigos da Quinta do Conde, que tinha contado com o apoio da Câmara e outras entidades. Também as novas intervenções na Creche Paroquial da Corredoura, estas últimas já em 2014. -----

-----Indicou as intervenções no Espaço Solidário na Quinta do Conde e a cedência de instalações à Conferencia dos Vicentinos em Sesimbra, que tinha permitido a abertura de uma loja social na Vila de Sesimbra. No Centro Social Raio de Luz, também já tinha começado a funcionar o chamado ponto de encontro solidário, onde as famílias mais carenciadas podiam ir buscar alimentos, roupas, etc., estando o mesmo a funcionar há já alguns meses na cave do edifício. -----

-----Ao nível da habitação e urbanismo referiu-se à inauguração do Bairro Infante D. Henrique, que naquele momento já estava em pleno funcionamento. Também a conclusão dos fogos de habitação a

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

custos controlados na Rua Conselheiro Ramada Curto que tinham entrado em funcionamento durante o ano de 2013, 30 fogos que tinham sido construídos por um promotor privado, num terreno vendido pela Câmara, com a obrigatoriedade do mesmo só poder ser vendido a residentes no concelho. -----

-----Referiu-se às obras da marginal de Sesimbra, mostrando imagens da zona junto ao edifício da ERG, a marginal, o núcleo antigo da vila de Sesimbra, a rua Peixoto Correia. Também a requalificação da zona envolvente da praia do Moinho de Baixo, incluindo a estrada da Marconi quase até Alfarim que tinha sido pavimentada. Mostrou um monumento à arte Xávega que tinha sido instalado na zona final da estrada. Também mostrou toda a pavimentação da estrada do Moinho de Baixo, que tinha sido concluída no ano anterior antes do Verão. -----

-----Mostrou a marginal e a margem sul da Lagoa de Albufeira, outra obra quase concluída, e onde em breve a iluminação pública já estaria a funcionar.-----

-----Ao nível do saneamento referiu, a conclusão da reformulação da rede de coletores na avenida dos Aliados e depois a pavimentação integral desta avenida. A conclusão de saneamento da 1ª fase da Lagoa de Albufeira e a pavimentação integral da estrada dos Murtinhais, o saneamento na Maçã, Pedreiras, Quintola, Sampaio e Santana.-----

-----Também a aquisição de novos meios, mostrando a imagem de um carro de inspeção vídeo, que permitia introduzir um equipamento no interior das canalizações e detetar as roturas que pudessem haver nas canalizações, e isso permitiria depois fazer uma intervenção exatamente no sítio certo, ao invés de andar a esventrar as ruas todas. Também um novo hidrocombinado que tinha sido adquirido no âmbito de uma candidatura ao POVT (Programa de Ordenamento e Valorização do Território), tal como a viatura anterior, e isso permitira ter duas viaturas desta natureza que à partida davam resposta às necessidades do município em termos de desentupimento das redes de saneamento. Indicou que também se tinha procedido à beneficiação de algumas estações elevatórias. -----

-----Ao nível do ambiente e paisagismo referiu a conclusão da remodelação do jardim de Santana; a construção da 1ª fase do novo jardim na Corredoura, que já estava a ser utilizado, mas que seria inaugurado no 25 de abril, uma obra feita em parceria entre a Câmara e privados. Também, a abertura ao público da 1ª fase do Parque da Ribeira na Quinta do Conde.-----

-----O arranque do projeto das Hortas solidárias na Quinta do Conde, já havendo produtos nas hortas. A abertura anual da Lagoa de Albufeira, a candidatura da Arrábida a património mundial, onde tinham estado associados à Associação Nacional de Municípios, assim como às Câmaras de Palmela e Setúbal. -

----- Ao nível da proteção civil, mostrou uma imagem da organização do dia municipal do bombeiro,

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

que no ano anterior tinha tido lugar na Quinta do Conde. -----

-----Referiu-se ao lançamento da campanha “Sesimbra é Peixe”, que tinha tido lugar no início do ano anterior, a participação na Bolsa de Turismo de Lisboa, o réveillon de Sesimbra, o carnaval, a realização da 1ª feira da maçã camoesa, já feita na Moagem de Sampaio, as comemorações do dia do pescador, as campanhas de promoção do comércio local, a feira Zimbra Estações. -----

-----Ao nível da rede viária, para além das pavimentações que já tinha referido, como os Murтинhais e Av. dos Aliados, referiu a estrada da Marconi, a estrada desde o Moinho de Baixo até quase Alfarim, repavimentações no Zambujal, assim como nos Fetais e Aldeia do Meco. Calcetamento de passeios em Santana, na rua das descobertas na Quinta do Conde. A criação de um novo acesso à praia das Bicas através de escada, a introdução do estacionamento tarifado concessionado na Vila de Sesimbra. Também referiu os arranjos frontais que tinham sido feitos em edifícios de habitação coletiva na Quinta do Conde.

-----Disse gostar de assinalar a colaboração conjunta com as Juntas de freguesia do concelho, que tinha evoluído nos últimos tempos, nomeadamente na limpeza urbana com a remoção de ervas e varredura.-----

-----Mostrou imagens da inauguração, na Quinta do Conde, de um monumento comemorativo do nascimento de Álvaro Cunhal.-----

-----Finda esta apresentação, foi aberto o Período de intervenções, tendo solicitado o uso da palavra o **Deputado Manuel José Pereira** que começou por referir que alguns dos factos que faziam o Presidente considerar esse ano como um ano excelente, eram factos extraordinários e era preciso ter isso em consideração, nomeadamente o PAEL que também justificava um pouco porque a dívida tinha descido em ano eleitoral e com certeza que isso tinha acontecido em muitas Câmaras do país, sobretudo as que tinham recorrido ao PAEL, assim como também pela crise que se vivia.-----

-----A concentração de grande parte dos fundos das obras que se tinham feito em 2013 e o recurso ao PAEL, tinham feito com que a receita fosse a maior de todos os tempos, a não ser por exemplo a taxa de arrecadação das receitas de capital que teriam andado pelo 55%, o que era bom, sendo dos melhores anos, mas não seria de facto o melhor.-----

-----Salientou que era bom que ficasse claro que as receitas extraordinárias, como o PAEL e a concentração dos fundos de grande parte das obras feita ao longo dos anos, em 2013 representavam quase 14 milhões de euros.-----

-----Quanto à redução da dívida em ano de eleições, Sesimbra não seria de facto a única em que isso ocorrera. Acrescentou que em Portugal infelizmente, por força da crise, isso tinha ocorrido em grande

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

parte delas e mal seria se em 2013 a dívida da Câmara, ainda que a total, tivesse subido. Salientou que inevitavelmente a gestão tinha de conduzir a esse resultado, e ainda bem que acontecera. -----

-----Disse também ser bom que não se considerasse que a entrada dos fundos do PAEL e a maior fluidez ou gestão de tesouraria que a Câmara tinha à data, representava que tinham acabado os problemas. Não devia haver a tendência para pensar que os problemas tinham acabado e que se podia aliviar o “aperto de cinto” de uma forma relativamente obrigatória por força da aplicação de uma série de legislação, que não era muito ajuda ao crescimento, e era mais pela austeridade pura e dura que vinha a acontecer. Era bom que se pensasse que a situação não tinha melhorado muito, pois tinham que pagar em 14 anos o PAEL, entre outras coisas que vinham de trás, portanto o alívio não podia ser muito forte e estava em crer que a Câmara tinha consciência disso. -----

-----Acrescentou que o Presidente da Câmara tinha feito uma comparação que era ligeiramente abusiva, quando tinha dito que no final dos 8 anos dos mandatos PS a dívida tinha crescido muito mais, do que nos 8 anos do mandato CDU, na medida em que tinha crescido muito mais mas ainda assim era bem inferior à que se tinha à data e a dívida de curto prazo não tinha nada a ver com a atual. -----

-----A dívida era de sete milhões e a desta Câmara tinha chegado aos 20 e agora estava em 10 por força do PAEL, portanto ainda era superior à dívida de curto prazo que o PS tinha deixado de herança. Esta sim era muito mais importante para condicionamento da gestão e da tesouraria do que a dívida de médio-longo, que bem planeada e programada conseguia-se ir pagando. -----

-----O Presidente tinha referido o aumento da receita, e aí não podiam deixar de considerar os fundos comunitários resultado dos projetos que a Câmara tinha tido capacidade de efetuar, no entanto se retirassem o PAEL, do aumento da receita de cerca de dois milhões de euros, um milhão referia-se ao IMI que era aquele imposto que todos eles não queriam que estivesse assim como estava, e a Câmara também não queria seguramente. Não o podia dizer claramente porque tinha de ter uma alternativa, pois se não viesse dinheiro proveniente do IMI teria que vir de outra forma, mas o que era certo era que era um imposto de tal iniquidade que tinha que ser reformado e não podia continuar a ser dessa forma. Naturalmente que essa receita era muito importante e tinha que vir, viesse lá donde viesse. -----

-----A sugestão do PS continuava a ser, o recurso aos impostos sobre o rendimento e não sobre o património para financiar a atividade das autarquias e que em montantes iguais e equilibrados em transferências de estado idênticas, de preferência melhores do que aquelas que vinham à data. A iniquidade do IMI era reconhecida por todos e ninguém melhor do que os proprietários de casa própria sabiam o que isso custava com os rendimentos sempre a baixar de mês para mês. -----

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Referiu que nesse dia tinha visto a questão da dívida e da penhora da Câmara de Setúbal, pensando que a situação da AMARSUL já estava controlada através do PAEL e negociação, no entanto gostaria de saber mais exatamente como se tinha passado. -----

-----O PS mantinha a dúvida, embora as explicações que tinham sido dadas ajudassem a mitigar o problema e seguramente não haveria problemas legais com isso, mas mantinha-se a dúvida que tinham sobre a não obtenção do princípio do equilíbrio financeiro, havendo ali um valor de meio milhão de euros que tinha fugido um bocadinho para a garantia desse princípio, pelo que gostava de deixar essa dúvida aí publicamente expressa. -----

-----Relativamente às questões da ação social referiu que, agora que se falava no fecho das cantinas pela Segurança Social o que, a ocorrer, era mais uma machadada violenta naquilo que eram as necessidades de apoio às famílias e em que a Câmara provavelmente teria que acorrer se isso efetivamente se confirmasse. -----

-----Passou a referir que o Presidente tinha colocado nos slides uma série de obras que estariam eventualmente inseridas nessa área, mas o que era certo era que o orçamento para a ação social tinha sido muito pequenino, de 570 mil euros em 2013 e nem sequer se tinha conseguido gastá-lo, ou seja, eventualmente ter-se-á desviado verbas daquela rubrica para outra, pois só se tinham gasto 438 mil euros. - -----

-----Num momento em que, em termos sociais, os problemas eram gravíssimos e conhecendo-se a realidade do concelho, como seguramente a Câmara conhecia, será que este valor seria suficiente para poder acorrer às situações que no dia-a-dia iam aparecendo -----

-----Para finalizar disse que gostaria de perguntar, tendo-se esquecido de o fazer na reunião das comissões, pelo balanço social que fazia parte das normas de controlo interno, supondo que não o tinham entregue na medida em não tinha dado por ele, pelo que solicitava que o mesmo fosse enviado quando estivesse disponível. -----

-----Foi dada a palavra ao **Deputado João Rodrigues**, que disse ser evidente que o MSU não tinha esse problema de discutir o passado relativamente a quem tinha feito melhor, se o partido A ou o B. O Presidente já tinha feito uma apresentação global daquilo que tinha acontecido em 2013 e o MSU não tinha feito intervenção na medida em que eram recentes nesta Assembleia, e o resultado do desempenho de 2013 devia-se a quem aí tinha estado no mandato anterior, mas queriam aproveitar, como movimento recente e de cidadãos independentes, para realçar aquilo que achavam positivo para que no futuro entendessem o que é que eles defendiam. -----

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse gostar de esclarecer um ponto que era muito importante, e nesse dia ouvia aí muitas intervenções que não davam o relevo que devia ser dado ao PAEL. Esclareceu que o PAEL basicamente tinha permitido transferir as dívidas de curto prazo, pagamento a fornecedores e a outros credores a médio longo prazo e isto tinha vantagens fundamentais e não tinha efeitos diretos nos resultados, tinha sim efeitos diretos na melhoria da imagem da CMS. -----

-----Era evidente nessa análise que, apesar do PAEL, em termos líquidos a dívida de médio longo prazo tinha baixado. Em termos líquidos, com efeito do PAEL, a dívida de curto prazo a fornecedores e outros credores tinha baixado. -----

-----Salientou que era este comportamento que eles defendiam porque era essa a perceção do cidadão comum sobre o comportamento que a Câmara devia ter. Salientou que isto para eles era muito importante pelo que ressaltavam esta situação. -----

----- Em relação aos resultados da Câmara, se não tinham sido por via do PAEL, tinham sido por outra via. O PAEL para além de transmitir uma melhor imagem da Câmara, tinha permitido uma coisa fundamental, que era a melhoria da tesouraria dos fornecedores e credores a quem a Câmara devia. ---

-----No seio da Comissão 3, tinha estado numa reunião com um dos Diretores de Agrupamento Escolar, que revelou que o PAEL tinha permitido que a Câmara regularizasse dívidas antigas para com a escola, o que vinha a permitir uma melhor gestão. -----

-----O PAEL permitira liquidez às empresas a quem a Câmara devia, o que possibilitava a dinamização da atividade das mesmas, assim como tinha sido fundamental nos apoios sociais que a Câmara prestava ao mesmo tempo que permitira equilibrar a autarquia. -----

-----Em relação aos resultados, os mesmos tinham ocorrido nestes montantes basicamente pela manutenção das despesas, dos custos e perdas. Tirando as previsões e os encargos sociais, os custos tinham aumentado apenas 1%.-----

----- Disse ser evidente que tinham de dar mérito aos funcionários da Câmara, porque certamente sentiam mais limitações, pois já não tinham tanta disponibilidade para coisas que eram precisas, pelo que era preciso dar o mérito a essas pessoas e julgava que o Presidente da Câmara deveria fazer o mesmo. Os próprios trabalhadores não sabiam o resultado da Câmara, mas era preciso que soubessem o resultado do seu esforço.-----

-----O resultado da Câmara surgia por uma contenção de custos, face à situação económica, e face aos proveitos da Câmara fruto dos impostos que o cidadão comum pagava, sendo bom que houvesse esse controlo não só em 2013 e 2014 mas durante todo o mandato, e era para isso que entendiam que

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

devia ser a atuação da Câmara. -----

-----Os encargos sociais tinham sido a única rubrica que tinha subido, cerca de 20%, e era isso que se exigia da Câmara, em função das suas capacidades e responsabilidades e não que investisse em coisas que não eram reprodutivas ou que não fossem encargos especiais. Salientou que tinha muito gosto em que se dinamizasse um certo número de coisas a nível de lazer, mas tinham que definir prioridades e a prioridade eram as pessoas que precisavam, e havia muitas pessoas com muitas dificuldades. Em situações de dificuldade era aqui que a MSU incidia a sua atuação, pois era aqui que estava a grande responsabilidade. -----

-----Acrescentou que dava os parabéns à Câmara por esse aumento em 20% dos encargos sociais, e queria dá-los amanhã e depois. Em relação aos proveitos, todos se mostravam mais ou menos estáveis e o grande aumento, tal como o Presidente referira, era dos impostos.-----

-----Por motivos de ordem técnica houve um corte na gravação, aquando da intervenção deste Deputado, não sendo possível transcrever o que foi dito.-----

-----Interveio de seguida o **Deputado Alain Monteiro**, que referiu que não queria tirar nenhum mérito sobre a vinda do PAEL, no entanto a Câmara de Sesimbra à semelhança das outras autarquias tinha-se visto impedida de pedir crédito junto de instituições bancárias e tinha tido que ganhar receita através do PAEL. Frisou que tinham que ter em atenção que o PAEL não tinha caído aí por acaso, ou seja, também era fruto de um trabalho feito pela autarquia no sentido de poder demonstrar que tinha condições para poder pagar este empréstimo.-----

----- Quanto à questão da diminuição da dívida, disse que gostariam de destacá-la como bastante positiva tendo em conta não só o ambiente agressivo em que Portugal se encontrava nos últimos anos, tendo em conta as políticas adversas e a austeridade posta em prática pelo Governo que vinha a atingir a Câmara Municipal de Sesimbra, assim como outras autarquias.-----

-----Relativamente à dívida CDU nos 8 anos de gestão, que o PS tinha focado, disse gostar de chamar a atenção para o facto que a dívida contraída por parte do PS nos 8 anos tinha aumentado 300% face à situação que tinha encontrado e naquele momento a dívida que a CDU tinha criado nos dois mandatos, tinha subido 36% em relação ao valor que tinha encontrado em 2005, quando tinha ganho a Câmara pela 1^o vez. - -----

-----Disse haver aí outros aspetos que também julgava importantes, como o facto da Câmara ter aumentado a sua capacidade de endividamento, coisa que há cerca de 3 anos não tinha. O aumento do crescimento da receita também era ótimo, resultante em grande parte dos impostos. Disse ser claro que

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

não gostavam desta via de arrecadação, através do aumento de impostos, quer fosse do IMI ou outro tipo de imposto que fosse receita direta da autarquia, mas a verdade era que não havia muitas outras formas da Câmara angariar verba. As transferências do Orçamento de Estado eram cada vez mais diminutas, e de facto não dariam para grande coisa, e bastava ver quanto a Câmara pagava anualmente em salários. -----

-----Também consideravam positivo a despesa ter crescido, pelo facto da Câmara ter amortizado grande parte da sua dívida, o que era importante,-----

-----Na sequência da apresentação do Presidente, gostariam de destacar as obras que tinham sido feitas, ou seja, a Câmara não prescindira de pôr em prática o seu plano de obras e investimento, embora não tivesse sido da mesma forma como em anos anteriores, o que também se compreendia porque a dívida estava elevada, mas acreditavam que, eventualmente no próximo ano, estariam aí mais uma vez, a dar os parabéns ao Presidente por a dívida ter baixado novamente.-----

-----Era importante realçar os fundos comunitários que a Câmara tinha conseguido captar, destacando também o bom trabalho feito pelos técnicos da autarquia. Apesar de ser uma opção da Câmara, sem esse trabalho não seria certamente possível captar esses fundos. Ele próprio tinha a experiência de apresentar candidaturas a fundos comunitários, e sabia qual era o trabalho que dava, e não era fácil. Esse tinha sido um ano positivo e com muito trabalho, pelo que a bancada da CDU votaria favoravelmente o relatório de contas de 2013. -----

-----Foi dada a palavra ao **Deputado Lobo da Silva**, que referiu que, relativamente ao “despique” CDU/PS, quando estavam no Poder diziam uma coisa e quando eram oposição poderiam dizer outra. Por seu lado o PSD era coerente, e depois da explicação dada pela Câmara, através do Presidente, com estes números quase que se podia dizer que não havia crise em Sesimbra. -----

-----A receita tinha aumentado e a despesa baixado e havia 82% de obra efetuada relativamente às Grandes Opções do Plano, parecendo que não havia crise, mas havia!-----

-----Na ótica do PSD havia rubricas no orçamento da Câmara que se percebia que eram rubricas que traziam um certo conforto em determinados momentos, mas que o Presidente teria que cortar para levar este “barco” a bom porto, ou seja, para continuar a ter o proveito que o ano 2013 tinha tido.-----

-----Falava-se muito no PAEL, e era preciso não esquecer que o PSD era acusado de muita coisa, mas o PAEL tinha disponibilizado às autarquias uma ferramenta indispensável. Mesmo sabendo que as receitas desta Câmara, tirando o PAEL, tinham sido superiores às arrecadadas no ano anterior, mas a verdade era que 9,9 milhões de euros de apoio através do PAEL tinha libertado e dado uma lufada de ar fresco à

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

Tesouraria, e ainda bem que tinha dado. -----

-----De facto o mérito não era só do PAEL, pois numa escala de 1 a 10 tinha tido um comportamento de 7,5/8,5, acrescido depois pela colaboração dos trabalhadores, da autarquia, das opções e também da Assembleia Municipal que tinha dado ideias, e a Câmara tinha entendido executá-las ou não, pelo que não iriam votar contra esse relatório. -----

-----Achavam que o mesmo demonstrava o esforço que tinha sido feito pela autarquia, e quando falava em autarquia falava em todo o conjunto de Vereadores, nomeadamente o Vereador Francisco Luís que também participava e colaborava, sugeria e contribuía para a feitura e realização de certos eventos, portanto da parte do PSD reconheciam efetivamente que tinha havido um esforço e tinham-se atingido os objetivos. -----

-----Disse haver uma situação que o deixava preocupado, e que tinha a ver com as visitas que tinham efetuado aos agrupamentos de escolas, no seio da Comissão 3, pois aquando da realização dessas visitas, tinham sido confrontados nomeadamente por dois agrupamentos que tinham visitado, agrupamento de escolas da Boa Água e agrupamento da Escola Básica Integrada, com o facto da Câmara estar a exceder os prazos normais quanto às verbas que eram transferidas, ou seja, havia aí uma dívida, pelo que gostaria que o Presidente comentasse esse assunto e que dissesse se efetivamente tinha conhecimento, porque com esse resultado e capacidade financeira, não se compreendia porque é que não se canalizava verbas para as escolas, em vez de ficarem a dever 1 a 2 anos. -----

-----Seguiu-se a intervenção do **Deputado Francisco Cordeiro**, que disse gostar de relembrar que um PSD de há uns anos atrás, encabeçado pela Ministra das Finanças Manuela Ferreira Leite, tinha inviabilizado o “PAEL”, porque naquela altura transformava-se a dívida de curto prazo em dívida de médio longo prazo, e isso era um PAEL à data. Falava-se muito no PAEL, mas o PSD naquela altura, que era outro de certeza, tinha acabado com ele e o PSD de agora vinha regozijar-se por trazer o PAEL, pelo que era preciso perceber e serem de alguma forma coerentes com as posições que tomavam.-----

-----Frisou que antigamente utilizava-se essa ferramenta, de transformar dívida de curto prazo em médio longo-prazo, e tinha sido óbvio nos mandatos do PS que a dívida de curto prazo não subia, mas subia a dívida de médio prazo, pelo que lhe podiam chamar o “PAEL” dessa altura, e isso para não falar da sonegação e verbas importantes, várias centenas de milhões de euros que vinham a ser sistematicamente sonegados às autarquias, por via do não cumprimento da Lei das Finanças Locais. -----

-----Interveio de seguida o Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, **Deputado Francisco Jesus**, que disse gostar de deixar duas ou três notas sobre o relatório de contas, não do ponto de vista

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

contabilístico, pois pensava que esse tinha sido bastante elucidativo, mas sobretudo do ponto de vista político. -----

----- Referiu que esse relatório e as contas da Câmara de Sesimbra de 2013, vinham completamente de encontro àquilo que a maioria dos municípios portugueses atravessava à data, também fruto da conjuntura socioeconómica e da estrutura da receita dos últimos anos. O município de Sesimbra tinha e continuava a ter dificuldades de tesouraria e financeiras, mas apresentava nesse relatório e nessa prestação de contas 2013 parafraseando o Deputado Manuel José Pereira “uma gestão rigorosa de muito boa execução”. -----

-----Prosseguiu referindo que não podia deixar de dizer que, e voltando um ano e meio atrás, por ocasião da discussão do plano de atividades e orçamento para 2013, tinham tido nessa mesma sala um conjunto de questões e de resistências, e de alguma especulação inclusivamente sobre aquilo que seria o investimento que estava previsto por parte do município da CMS, em particular com aquilo que eram as obras e os investimentos provenientes de candidaturas ao QREN. -----

-----Candidaturas aprovadas e que estavam a ser preparadas para ser colocadas em curso, em particular o investimento no saneamento básico e também na reabilitação urbana. Face à conjuntura tinha-se dito aí nessa casa, que seria de difícil concretização e eventualmente iria agravar as contas do município, e a apresentação de contas do município, vinha exatamente comprovar o ponteiro daquilo que tinha sido afirmado à cerca de ano e meio a essa data. -----

-----Salientou que se tinha conseguido investimento para obras que faziam efetivamente falta, como as do saneamento na freguesia do Castelo que aguardava pelas mesmas há mais de 30 anos, da reabilitação urbana, obviamente com deficiências que tinham de admitir, sobretudo naquilo que eram os serviços básicos e urbanos à população. Frisou que a verdade era que, com esse investimento tinha sido realizada uma execução superior a 80%, tinha-se conseguido garantir esses serviços básicos e também aquilo que era a sustentabilidade financeira e a tesouraria do município. -----

-----O recurso ao PAEL tinha vindo a verificar-se como instrumento fundamental para aliviar a tesouraria da Câmara e permitir uma gestão sobretudo dos investimentos a realizar ao longo desse ano.

-----Passou a referir-se à questão da atual estrutura da receita do município e sobretudo o financiamento das autarquias locais, em que Sesimbra não fugia à regra, assente na arrecadação de impostos sobre o património, mas essa era uma questão que infelizmente não dependia deles. A arrecadação de impostos locais era e seria no futuro, pelo menos do ponto de vista do Governo a essa data, a principal fonte de receita dos municípios e obviamente isso penalizava.-----

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Salientou que as contas e a estimativa do Governo era que a receita do IMI, contrariamente até às contas apresentadas pela ANMP, viesse a crescer exponencialmente nos próximos anos com a redução da cláusula travão que estava ainda em vigor pelo último ano na Lei do Orçamento de Estado, e portanto era necessário haver uma reformulação deste paradigma de receita dos municípios, assente nos impostos locais.-- -----

-----Aqui a sua nota ia para o PS caso, a médio/curto prazo, viesse a ser Governo numa alteração de correlação de forças, pois era uma matéria do ponto de vista das autarquias locais que podia ser colocada em cima da mesa e ser revista por forma a não criar injustiças e que efetivamente a repartição de recursos, nomeadamente dos impostos sobre o consumo e sobre o rendimento viessem a ser refletidas também naquilo que era o seu peso para as autarquias locais.-----

-----Acrescentou que apesar desta excelente prestação de contas, considerando a conjuntura e o investimento realizado, obviamente que havia trabalho a fazer nomeadamente nos serviços básicos, na rede viária, no investimento de recuperação do espaço público e aí deixava um parêntesis, pois o aumento da delegação de competências assinado em 2010 entre o município e as freguesias, tinha vindo provar que efetivamente conseguiam fazer um bom trabalho com uma economia de escala com menos recursos financeiros e com uma maior capacidade de resposta para as populações, e o objetivo era que pudesse vir a ser alargado noutras áreas, e nas mesmas áreas temáticas mas para outras zonas das respetivas freguesias, mas obviamente que isso dependeria da conjuntura e das capacidades, quer do município mas também da freguesia.-----

-----Ao fazerem o mesmo trabalho com menos funcionários, com um conjunto de constrangimentos legais, redução de vencimentos, redução da promoção das carreiras e do valor das horas extraordinárias, não podiam deixar de valorizar todos os trabalhadores da CMS, na medida em que também tinham sido um contributo para que esse relatório e prestação de contas fosse uma realidade.-----

-----Disse querer ainda deixar mais uma nota, pois esse era um projeto que lhe era muito querido, onde a CMS era a parceira fundamental para o seu desenvolvimento, e não tinha aparecido aí porque provavelmente era uma matéria, que à data com todas as dificuldades sociais e investimentos a realizar ficava um pouco posta de lado, e que tinha a ver com o desporto, que era o Sesimbra SummerCup.-----

-----Salientou que este projeto trazia numa semana mais de 500 alojamentos a Sesimbra, tendo trazido nesse ano cerca de 8 equipas estrangeiras, representando mais de 5000 refeições em 5 dias, pelo que obviamente isso tinha que ser valorizado, até porque era um projeto sustentável, onde a Câmara e a Junta de Freguesia não tinham de fazer qualquer investimento e os clubes ainda conseguiam subtrair daí

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

algum financiamento para as suas atividades.-----

-----De seguida, interveio o **Deputado Lobo da Silva** que disse perceber o Deputado Francisco Cordeiro, que lhe fizesse confusão um PSD há uns anos atrás não ter viabilizado o PAEL e este PSD ter viabilizado. Salientou que o PAEL só tinha existido por culpa do endividamento excessivo das Câmaras. Entretanto o PSD tinha conseguido mudar e perceber, mas o Partido Comunista mais ortodoxo não conseguia perceber as mudanças que havia na sociedade. -----

-----De seguida, a Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Presidente da Câmara** que referiu que, relativamente à intervenção do Deputado Manuel José Pereira, o Deputado naturalmente reconhecendo os resultados que tinha havido em 2013, procurava de alguma forma desvalorizá-los porque as receitas tinham sido concentradas no PAEL e nos fundos comunitários, tal como ele próprio afirmara na sua intervenção, ou seja não tinha omitido isso, pelo contrário tinha evidenciado não só o PAEL, como os fundos comunitários.-----

-----Quanto à intervenção do Deputado João Rodrigues, relativamente ao PAEL, disse julgar que a mesma tinha sido bastante elucidativa sobre o que era de facto o PAEL e as vantagens que havia no mesmo. -----

-----O facto do PAEL ser uma receita importante não tinha a ver com as outras receitas nem tinha a ver diretamente com a redução da dívida global da Câmara, isto porque o PAEL transformava a dívida de curto prazo em dívida de médio-longo prazo. Acrescentou que se havia uma redução da dívida global era porque ela estava para além do PAEL e resultava de outros fatores, pelo que não valia a pena tentarem esconder a realidade, porque a realidade era que tinha havido uma redução global da dívida da Câmara em dois milhões de euros.-----

----- Estavam numa conjuntura em que havia orientações expressas do Governo para a redução da dívida de curto prazo, mas também era verdade que a Câmara de Sesimbra e outras Câmaras tinham em curso programas de investimento para os quais tinham contraído empréstimo, e no caso de Sesimbra todos autorizados pela Assembleia Municipal, que pressupunham até, eventualmente, um agravamento da dívida por essa via, e só não tinha havido, porque tinha havido cerca de 4 milhões de euros de amortizações de empréstimos só no ano anterior. -----

-----Por outro lado, aquilo que parecia ser uma coisa relativamente simples, de terem conseguido fundos comunitários, era bom que não esquecessem que essas receitas de fundos comunitários tinham associadas despesas que tinham sido sempre superiores às receitas, sendo impossível terem essas receitas sem terem as despesas associadas. Se tivessem optado por não fazer obras tinham tido menos

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

receita, mas também muito menos despesa e se calhar tinham reduzido muito mais a dívida. -----

-----Esta opção da CMS foi, nalguns momentos, contrariada pelo PS que em várias intervenções sugerira que a CMS retirasse alguns investimentos e desistisse de algumas candidaturas, sendo que no anterior mandato tinha feito vários apelos nesse sentido, porque considerara que seria impossível a Câmara concretizar o conjunto de obras que tinha em curso, mas a verdade é que não tinha sido impossível concretizá-las e tinham conseguido ir buscar os fundos comunitários, porque como já havia dito aí “este comboio não passa duas vezes”. -----

-----Salientou que o que vinha no próximo quadro comunitário ajudava a consolidar esta ideia, pois não ia ser fácil o acesso por parte dos municípios ao próximo quadro comunitário, nos mesmos moldes que tinha sido neste, pelo que provavelmente tinha sido uma oportunidade irrepetível de conseguirem financiamento para o saneamento básico e para o conjunto de intervenções que tinham feito no concelho. -----

-----Disse ser de facto verdade que uma parte das receitas tinha sido dos fundos comunitários mas tinha dado muito trabalho a optar por elas, debaterem-se pelas candidaturas e obtê-las contra todas as adversidades, e mesmo quando em determinada altura parecia que era melhor desistir, como muitos municípios chegaram a desistir, mas eles tinham sido teimosos e persistentes, e quanto a si, ainda bem que tinha sido assim. -----

----- Relativamente à dívida à AMARSUL, tinha-se falado da Câmara de Setúbal que era um caso que a essa Câmara competiria com certeza esclarecer o que é que se tinha passado. A dívida da Câmara de Sesimbra à AMARSUL , era uma dívida perfeitamente controlada e naturalmente que, também graças ao PAEL tinha-se reduzido substancialmente no ano anterior, estando em cerca de um milhão de euros, tendo um acordo de pagamento até 2016. Todos os meses pagavam a fatura mensal mais uma parte do que estava previsto nesse acordo. -----

-----O facto da receita corrente nesse ano ser inferior à despesa corrente, era uma verdade, e isso resultava objetivamente do empréstimo do PAEL entrar como uma receita de capital, mas o grosso desse empréstimo estar a ser utilizado para amortizar a despesa corrente, e isso tinha feito aumentar de forma muito significativa o volume das despesas correntes e tinha havido aí uma ligeira ultrapassagem, no entanto julgava que isso não teria reflexo nem qualquer penalização para a Câmara. -----

-----Quanto à questão da dívida dos dois mandatos do PS e da dívida dos dois mandatos da CDU, onde o Deputado Manuel José Pereira tinha considerado que ele tinha feito uma comparação pouco adequada, porque o PS tinha passado de oito milhões para 24 milhões, mas a CDU ainda tinha agravado a dívida,

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

pelo que questionava se o PS ao passar de 8 para 24 não tinha agravado. A verdade é que tinha triplicado pois tinha chegado aos 26 milhões, tendo depois reduzido em dois milhões no último mandato. -----

-----Frisou que o valor de dívida agravado pela CDU, 8 milhões, tinha sido o valor necessário para fazer uma boa parte do investimento que permitira ir buscar os fundos comunitários que referira antes.

-----Disse ainda que era importante recordar que nos 8 anos dos 2 mandatos da CDU, a amortização de empréstimos tinha atingido 23,3 milhões de euros e no mandato do PS, apenas 6,8 milhões de euros, ou seja o PS das receitas de capital que tinha obtido tinha utilizado apenas 6,8 milhões porque tinha herdado uma situação quase sem dívida, tendo deixado a dívida para os que tinham vindo a seguir. -----

-----A grande dívida contraída pela CDU, era a que tinham à data com o PAEL e ainda não tinha tido reflexos muito significativos. Tinha tido apenas uma amortização no ano anterior, pelo que se não fossem esses 23 milhões se calhar a situação também não era essa e tinham conseguido fazer os investimentos sem terem agravado a dívida. Disse ser bom não esquecer esses números. -----

-----Em relação ao orçamento de 570 mil euros na ação social, com a realização de apenas 438 mil euros, era uma situação que se passava praticamente em todas as rubricas do orçamento, porque não executavam a 100%, executavam sempre uma parte e excepcionalmente num caso ou noutro poderia atingir os 100%, portanto não era nada de extraordinário, que se tivesse feito uma despesa inferior aos 570 mil euros, no entanto eles podiam olhar para isso como um “copo meio cheio ou um copo meio vazio”. -----

-----O Deputado Manuel José Pereira tinha dito que era pena que não se tivesse conseguido concretizar a totalidade do orçamento e isso era o “copo meio vazio”, mas na intervenção do MSU, e bem, tinha sido referido que os encargos sociais em 2013 tinham crescido 20% e isso era o “copo meio cheio”. -----

-----Disse ter registado a intervenção da MSU, na medida em que era uma intervenção muito técnica e analítica aos resultados.-----

-----Relativamente ao aumento dos impostos em 13%, especificou que essa percentagem não se devia somente aos impostos, na medida em que aí também estavam contabilizadas as taxas urbanísticas, assim como as chamadas taxas de serviços urbanos. -----

-----Quanto ao IMI, o tal imposto de que toda a gente era vítima e considerado injusto, na verdade o seu crescimento não tinha sido de um milhão, ou seja, o agravamento para as famílias não tinha sido de um milhão mas sim de 500 mil. Para a CMS em termos reais tinha entrado mais um milhão do que no ano anterior, mas tinha entrado mais um milhão porque no ano anterior lhes tinham retido 500 mil para a

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

avaliação geral dos imóveis.-----

-----Relativamente à questão colocada pelo PSD das dívidas às escolas, referiu que de facto no final do ano ainda tinham uma dívida com algum significado aos agrupamentos de escolas. Em concreto, na Escola Básica Integrada da Quinta do Conde a dívida no final do ano era de 7500 euros e nos agrupamentos de escola eram de 27000 euros, tendo essa situação entretanto melhorado. -----

-----Dado não haver mais nenhuma intervenção, a Presidente colocou a deliberação o ponto **3. INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2013 E DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS APROVADOS NO EXERCÍCIO DE 2013;** -----

-----A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, apreciou o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, bem como apreciou e aprovou, por maioria, com 15 votos a favor (13 CDU e 2 PPD/ PSD-CDS-PP) e 8 abstenções (6 PS e 2 MSU) os documentos de prestação de contas respeitantes a 2013 e a distribuição dos resultados líquidos no exercício de 2013.--

-----Os Grupos Municipais da CDU, PS e PPD/ PSD-CDS-PP apresentaram Declaração de Voto.-----

-----O **Deputado Alain Monteiro** leu a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“O grupo municipal da CDU votou favoravelmente o relatório de contas referente ao exercício de 2013 por considerar o mesmo bastante positivo, tendo em conta os resultados alcançados. Em termos gerais destacamos a descida de dívida global da autarquia, que passou de 34,9 milhões de euros para 32,9 milhões de euros, mesmo tendo sido este um ano de eleições autárquicas. O aumento significativo da capacidade de endividamento sendo que ainda há três anos atrás a mesma estava esgotada. O crescimento da receita, que mesmo descontando as verbas provenientes do PAEL atingiu níveis nunca antes verificados.-----

-----Em termos específicos compete-nos também destacar pela positiva as receitas arrecadadas com o IMI, embora ligeiramente abaixo do espectável e com o IMT que em tempo de grave crise económica e financeira torna bem patente a dinâmica e a procura no nosso concelho. Destacamos também as receitas obtidas através do imposto de circulação mas sobretudo a captação de verbas comunitárias, fruto dos projetos apresentados resultantes do enorme trabalho e profissionalismo de todos os envolvidos, nomeadamente os técnicos da autarquia, contudo não podemos deixar de realçar a importância do PAEL, embora não fulcral para as contas finais, permitiu um franco alívio de tesouraria. Em paralelo, o executivo colocou em marcha um plano de contenção e conseguiu reduzir os consumos de alugueres e rendas e mesmo poupar na higiene e limpeza, baixando os custos em termos de fornecimento de serviços, porém e apesar destas contingências, a Câmara aumentou o apoio social, quer de forma direta quer de forma

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

indireta e conseguiu contrariando o vaticinado de algumas bancadas da oposição concretizar o seu plano de obras e investimento mesmo recuperando as suas finanças. -----

-----Por outro lado, registou-se um enorme aumento com a despesa corrente, despesa de capital também por nós considerado positivo pelo facto de quer num caso como noutro se tratar de amortização de dívida, ou seja, a Câmara teve a capacidade de regularizar parte da sua dívida para com terceiros. Em sentido oposto e perante as adversidades resultantes das gravosas medidas de austeridade decorrentes do programa de ajustamento impostas pelo Governo PSD/CDS, destacamos pela negativa mais cortes de verbas provenientes das transferências do Orçamento de Estado, assim como o aumento do IVA que a termos de exemplo somente no setor da iluminação pública representou o aumento de aproximadamente 500 mil euros obrigando a Câmara a um esforço ainda maior.-----

*-----Seguiu-se a Declaração de Voto do PS, apresentada pelo **Deputado Manuel José Pereira** e que a seguir se transcreve: -----*

-----“Assunto: Relatório de Atividades e Prestação de Contas de 2013 da CMS-----

-----Em primeiro lugar, considerar e reconhecer que efetivamente o ano 2013 foi no geral um ano difícil para o país, no qual o concelho de Sesimbra não é exceção.-----

-----De salientar que o município aderiu ao PAEL (Programa de Apoio à Economia Local), circunstância que contribuiu significativamente para aliviar a pressão de tesouraria e, em simultâneo, foi uma forte ajuda à melhoria de alguns dos indicadores agora apresentados; não fosse o mesmo e a realidade seria outra e bem diferente, dado ser reconhecido que o verdadeiro impacto ocorreu de facto no ano 2013. --

-----Por outro lado, pese embora se registre uma melhoria ou, pelo menos, uma estabilização de alguns dos indicadores e em particular ao nível da arrecadação da receita corrente, as relativas aos impostos diretos, transferências correntes, loteamentos, obras, venda de bens e serviços, onde apesar de a arrecadação superar o ano de 2012 em cerca de 4 milhões de euros, não cobriu ainda assim o montante das despesas correntes pagas.-----

-----Dizer ainda quanto a esta matéria que é recorrente a circunstância das receitas correntes não cobrirem as despesas do mesmo tipo (pagas + não pagas); a título de exemplo, no ano 2012 as receitas correntes não atingiam sequer os 80% das despesas correntes e as sistemáticas alterações orçamentais apresentadas no decurso do ano 2013, visaram no essencial o reforço dos gastos correntes. -----

-----Por outro lado de referir ainda que nos fica a dúvida de que tudo tenha sido feito para evitar a não obtenção do princípio básico e legal do equilíbrio financeiro.-----

-----Aqui chegados, importa não escamotear que algumas das melhorias também foram induzidas por

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

fatores externos ou por constrangimentos financeiros internos que obrigaram o executivo a ter uma gestão diferente, designadamente no esforço na racionalização dos diversos fatores de produção.-----

-----Noutro capítulo importa referir que, no decorrer do ano de 2013, foi notória a degradação da qualidade dos serviços prestados às populações e das condições de trabalho dos funcionários municipais, as quais não melhoraram e em alguns casos ainda hoje persistem. -----

-----Para concluir algumas notas: a primeira relaciona-se com a circunstância do parecer do ROC (revisor oficial de contas) sistematicamente não acompanhar os documentos objeto de votação aquando da sua apresentação no órgão executivo; a segunda, uma palavra de apreço para o esforço de todos os funcionários que, num cenário de grande adversidade, estamos em crer deram e continuarão a dar o seu melhor; outra para alertar de que a obtida inversão da tendência da dívida neste exercício não retira a extrema importância que o seu peso tem na gestão e no futuro do Município; por último que a situação social que se vive no seio das famílias e da economia sesimbrense ainda terá, do nosso ponto de vista, que constituir a grande preocupação da Autarquia, cujo esforço a fazer nesta área deverá ser aumentado face à situação descrita no presente Relatório. -----

-----Em face do acima exposto, entendemos como adequado o voto de abstenção do Grupo Municipal do Partido Socialista na AM, considerando a Prestação de Contas e o respetivo Relatório de Atividades como o resultado exclusivo das opções do executivo CDU, em relação às quais tivemos por vezes posições críticas”. -----

*-----Seguiu-se a Declaração de Voto do PSD/CDS-PP, lida pelo **Deputado Eduardo Amigo**-----*

-----“O grupo municipal do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Sesimbra votou favoravelmente o relatório de contas referente ao ano de 2013. O exercício de 2013 é fortemente marcado, como é sabido pelo PAEL – Programa de Apoio à Economia Local ao qual a autarquia recorreu no intuito principal de diminuir a dívida de curto prazo que já atingia valores acima dos 20 milhões de euros. - -----

-----O recurso a esse programa permitiu que a dívida de curto prazo baixasse para um valor inferior a 10 milhões de euros que permite, esperamos nós, devolver alguma saúde à economia local. A execução orçamental de 2013 com o contributo do PAEL atingiu valores bastante aceitáveis e bem acima daquilo que tem sido habitual. -----

-----Assim, dos quase 59 milhões de euros orçamentados, foram executados quase 54 milhões de euros, ou seja, mais de 91% do previsto. Conforme se extrai dos documentos a votação, o nível de receitas deduzido do valor transferido referente ao PAEL é superior ao valor recebido durante o ano de 2012, o que

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

revela uma boa capacidade de angariação de receitas por parte do município. Não será assim estranho que se tenha conseguido uma redução em cerca de dois milhões de euros do montante da dívida total face a 2012.-----

----- Redução essa que é de saudar, pena é que, na nossa opinião mesmo após este acréscimo de receita, persistam situações de dívidas do município a entidades que ultrapassam em muito o prazo médio de pagamentos que, segundo se afirma parece que se cifra atualmente em cerca de 120 dias. -----

-----Referimo-nos em particular a dívidas a alguns agrupamentos de escolas com as quais o PSD reuniu recentemente, que afirma existir num caso há um ano e noutro há dois anos. Mantemos a opinião, desde à bastantes anos de que, numa série de rubricas orçamentais, há que ter um acompanhamento rigoroso e uma gestão racional que permita baixar o peso do endividamento total da autarquia face à receita total. Voltamos a referi-los como o fizemos no ano passado, e para memória de anos futuros, a dívida de curto prazo, as horas extraordinárias, os subsídios atribuídos e os contratos de prestação de serviços. -----

-----O grupo municipal do PSD na Assembleia Municipal de Sesimbra mais uma vez afirma que exercerá a fiscalização da gestão de forma construtiva mas pugnando para que se mantenha a reversão da situação económica e financeira na autarquia de forma a que a mesma possa proporcionar melhores serviços aos munícipes e que pesem menos no seu bolso".-----

-----Encerrado este ponto, a Presidente deu passagem ao ponto **3. CEDÊNCIA E GESTÃO DA PISCINA COBERTA – CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE SESIMBRA E O GRUPO DESPORTIVO DE SESIMBRA – MINUTA – APROVAÇÃO**-----

-----A Presidente informou que tinham tido oportunidade, tal como no ponto anterior, de na reunião conjunta das comissões assistir à apresentação das razões subjacentes à celebração deste protocolo entre a CMS e o GDS, e da prestação de esclarecimentos por parte da CMS. O sentido de voto ficou reservado para o plenário.-----

-----Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara, que referiu que, tal como já tinha sido dito na reunião de comissões conjuntas, tinham sido confrontados nesse ano. por parte dos corpos sociais, das dificuldades que o Grupo Desportivo de Sesimbra estava a ter e que resultavam no essencial dos défices acumulados na gestão da piscina. -----

-----Indicou que essa situação não tinha sido novidade, na medida em que nos últimos 3 anos vinham a ter reuniões, porque todos os anos a situação vinha-se a agravar e apesar de algumas medidas que tinham sido tomadas os resultados práticos tinham resultado no agravamento da situação, decorrente de

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

vários fatores, por um lado, o agravamento de despesas resultantes de um conjunto de meios que eram fundamentais para o funcionamento da piscina, como os consumíveis, gás, eletricidade, entre outros produtos associados à piscina. -----

-----Por outro lado, a crise económica que condicionava o aumento do número de frequentadores da piscina, pelo que a conjugação destes dois fatores vinha a levar anualmente a um agravamento da situação, que levava a que o clube canalizasse praticamente todos os seus meios para a piscina. -----

----- A piscina tinha sido pensada como uma fonte de receita do clube, havendo inclusive um estudo económico na altura que apontava para isso mas, o que vinha a acontecer, era a acumulação de défices, que se tornavam incomportáveis, apesar da Câmara ao longo de todos esses anos ter tomado algumas medidas e procurado dar alguns apoios, no sentido de ajudar a suportar a situação, no entanto tinham chegado a um ponto em que era impossível continuar a transferir dinheiros para o Clube, até porque do ponto de vista legal isso não era possível. -----

----- Reconhecendo-se que a piscina era um equipamento público de grande relevância, construída com muito dinheiro público, desde financiamentos do estado e da autarquia, e também com o apoio dos cidadãos, pelo que seria quase criminoso deixar um equipamento desta natureza com elevada taxa de participação pública, deixasse de dar satisfação aos compromissos bancários pudesse vir a “cair no colo” do banco que era credor. -----

-----Era sabido, e era assim em todo o país, mesmo nos grandes meios urbanos que as piscinas à data eram deficitárias por natureza, não sendo equipamentos lucrativos, pelo que a forma possível de poder garantir o seu funcionamento na atual conjuntura e encaixar os respetivos défices que iam manter, pelo menos nos anos seguintes, seria haver aí um acordo entre o Clube e a Câmara Municipal, passando a gestão da piscina para a Câmara Municipal, mantendo-se no entanto o Clube como detentor do património. -----

-----No âmbito desse protocolo havia uma contrapartida financeira que permitia ao Clube satisfazer os encargos bancários com o Banco credor e satisfazer o compromisso que tinha com os seus funcionários, que continuariam a prestar serviço na piscina. -----

-----Salientou que basicamente era este o princípio do acordo, e estavam a falar de um protocolo que tinha validade de dois anos mas que era renovável automaticamente, podendo acontecer no futuro, caso o Clube assim o entendesse, resgatar a gestão. -----

-----Naquele momento, aquela parecia ser a melhor solução para garantir o funcionamento e permitir encaixar os défices de funcionamento que se iriam manter certamente durante os próximos anos a não

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

ser que a situação social do país melhorasse tanto que permitisse aumentar as receitas de exploração da piscina. -----

-----Solicitou intervenção o **Deputado Manuel José Pereira**, para salientar que a piscina era uma conquista de abril, pelo que não podiam deixar cair a piscina nas mãos do grande capital financeiro. Salientou que a única preocupação que tinham, e já o tinham referido na reunião das comissões conjuntas, era saber se havia disponibilidade por parte da Câmara para trazer informação regular à Assembleia, podendo a mesma ser semestral ou anual, do ponto de vista físico, ou seja, indicação se havia mais ou menos utentes, assim como do ponto de vista financeiro na medida em que este protocolo era uma situação original.-----

-----Disse julgar que o PS votaria sempre a favor deste protocolo mas deixavam esta sugestão à Câmara, pois gostariam de ver algum compromisso com isso.-----

-----Interveio de seguida o **Deputado Miguel Ribeiro** que referiu que esta opção da CMS em assumir a gestão e exploração da piscina e restantes equipamentos lhes parecia positiva e achavam que era a melhor solução naquele momento, para a situação de impossibilidade financeira que o GDS atravessava, de continuar a assegurar o funcionamento desses equipamentos. -----

-----No entanto, tal como já tinham deixado expresso ao nível das Comissões queriam manifestar aí a preocupação da MSU com o facto do investimento da Câmara nesta piscina e nos equipamentos ser um investimento de relevo, tratando-se de quantias elevadas que estavam em causa, e sabiam que este protocolo era celebrado por dois anos e que podia ser eventualmente renovável. -----

----- O Presidente da Câmara tinha indicado que a qualquer momento, o GDS podia entender resgatar novamente a gestão, e naturalmente que gostariam que isso acontecesse, o que era bom sinal, mas caso isso não acontecesse, a MSU entendia que, apesar deste protocolo ser positivo em termos gerais, deveria assegurar o investimento que a autarquia fazia neste domínio porque sabiam que estas quantias provinham de dinheiros públicos dos contribuintes e era preciso pensar um bocadinho no futuro.-----

-----Quando dizia que era preciso pensar no futuro, eles não sabiam se à semelhança do que tinha acontecido com outros clubes, se o GDS ia conseguir manter os seus compromissos com os credores. A MSU achava que com a gestão da Câmara, a gestão orçamental do GDS iria melhorar e conseguir reequilibrar melhor as suas contas, mas também tinham que pensar se isso não acontecesse, e era aqui que achavam que a autarquia devia salvaguardar que este património ficava com a CMS ou com o GDS, ou não ficando, arranjam uma solução jurídica que permitisse proteger este património e não deixá-lo cair nas mãos dos credores. -----

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse saberem que, apesar do GDS ser uma instituição de utilidade pública, podia ser sujeito a um processo de insolvência, e era por todas estas preocupações que achavam que a CMS deveria ter aí um tempo suplementar para avaliar esta situação que interessava a todos os munícipes. Como era óbvio, queriam que a piscina e os equipamentos continuassem a funcionar. Todos eles tinham certamente familiares que frequentavam aquele espaço e que naturalmente gostavam de lá estar, até por questões de saúde, pelo que não o deveriam deixar fechar ou ficar ao abandono. -----

-----Frisou que gostaria que refletissem, se não fosse naquela altura que fosse nos próximos tempos, sobre a melhor solução jurídica para acautelar os interesses dos munícipes no que dizia respeito a este equipamento e era por essa razão que não votariam a favor, mas abster-se-iam.-----

-----Interveio o Deputado **Rui João Rodrigues** que referiu que a posição da CDU estava estampada na introdução do protocolo. Salientou que não se podiam esquecer que estavam a falar do GDS, e em tempos áureos no pós 25 de abril, se calhar um dos clubes mais ecléticos do país, e quem conhecia o GDS sabia que tinha um historial que deveriam respeitar e acarinhar. -----

-----O problema da piscina era que nenhuma piscina era rentável, e infelizmente a situação económica do país tinha-se degradado de tal forma que tinha dificultado a gestão deste equipamento por parte da Direção do Grupo Desportivo de Sesimbra. À data tinham de facto uma solução, ou deixavam fechar a piscina ou a Câmara assegurava o funcionamento através deste protocolo. -----

-----Disse pensar que a Câmara tinha tomado a opção correta tratando-se de um apoio fulcral a um clube de utilidade pública do concelho, pena era que o estado português não olhasse para estes clubes não profissionais e para estas associações de outra forma, e se calhar a situação que estas associações viviam não seria a mesma.-----

-----Interveio de seguida o **Deputado Lobo da Silva** que referiu que só havia duas soluções, ou deixavam cair ou davam a mão ao Grupo Desportivo e tinha sido isso que a Câmara tinha feito, e ele pensava que fosse esta ou outra Câmara qualquer, independentemente do partido a que pertencia, tomaria a mesma posição.-----

-----A única coisa que o PSD reparava era que o protocolo poderia ser outro, mas qual não sabiam, no entanto a situação era de emergência, o que não lhes permitia uma maior capacidade para ver outro tipo de protocolo, mas certamente “não viria mal ao mundo” por este protocolo. -----

-----Acrescentou que já tinha sido abordado mais do que uma vez por munícipes, que o tinham questionado pelo facto da CMS ir dar 25000 euros ao GDS, e era preciso que ficasse claro que não eram 25000, na medida em que a CMS já dava 15000 euros e iria dar mais 10000 euros. Mesmo que desse

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

algum prejuízo assumiam-no conscientes de que era um bem necessário, não podiam era esperar que a piscina fosse uma fonte de receita para a Câmara, e desde que as contas fossem equilibradas, o importante era satisfazer a população do concelho, pelo que a bancada do PSD votaria favoravelmente.

-----O **Deputado João Rodrigues** disse que nesse dia estavam a falar das piscinas e no dia seguinte poderiam estar a falar do grupo desportivo de Azoia, Zambujal entre outros. Disse que concordavam com a solução e a solução era manterem a piscina aberta, no entanto hoje era o GDS e amanhã poderiam vir a acontecer situações similares noutros clubes.-----

----- Salientou que o que se pretendia era uma coisa didática, ou seja deviam ajudar o Clube mas esse sabia que teria de dar contrapartidas, para que os outros não batessem no dia seguinte à porta sem contrapartidas. Os outros Clubes também tinham o direito de vir pedir, pelo que era preciso salvaguardar essa situação, pois eram eles que teriam de responder no futuro por novas solicitações. Salientou que não queria que fossem mal entendidos, pretendiam sim que essa situação fosse acutelada para não gerar situações incómodas no futuro. -----

-----Tinha pena que a Assembleia Municipal não fosse consultada antes, porque se essa situação lhes tivesse sido colocada à 15 dias atrás, se calhar cada um dos grupos teria feito o seu trabalho de casa e apresentado alternativas, e evidentemente o Presidente da Câmara escolheria aquela que seria a melhor solução.-----

-----Frisou que não estavam contra a que a piscina se mantivesse aberta, mas o que queriam era que tivesse havido tempo para se analisar a melhor forma, mantendo a piscina aberta, que não se corresse o risco de exposição excessiva, porque era sobre essa exposição excessiva que um dia poderiam ter que responder. -----

-----O Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, **Deputado Francisco Jesus** interveio no sentido de referir que uma piscina era completamente diferente daquilo que era um campo de futebol ou um polo desportivo. Disse acreditar que a construção do GDS tinha sido um projeto apoiado e deliberado por todas as forças políticas quer no município, quer no Governo com os apoios que tinha tido e substituíra-se àquilo que era a prática das autarquias locais até em construção de piscinas.-----

-----Daquilo que conheciam à data, não havia efetivamente nenhuma piscina no país que fosse lucrativa ou tivesse sustentabilidade, e se fosse o município certamente a construir, fosse em que época fosse se calhar tinham agora aí uma dívida de longo prazo do município maior e eventualmente os mesmos problemas financeiros para resolver da piscina municipal, portanto aquilo que estavam a ter era a resolução de um problema de um bem que na opinião deles era do interesse público, não sendo a

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

mesma coisa que um campo de futebol de um grupo desportivo, por exemplo.-----

-----Salientou estranhar o discurso, na medida em que o MSU na sua campanha eleitoral tinha defendido a construção de uma piscina na Quinta do Conde pelo que, na sua opinião, seria óbvio que agora estivesse a defender a manutenção desta.-----

-----O **Deputado João Rodrigues** referiu que na reunião conjunta das Comissões, onde o Presidente da Junta de freguesia do Castelo não tinha estado presente, tinham tido oportunidade de explicar mais pormenorizadamente o que é que pretendiam e as alternativas possíveis. Salientou que o MSU pretendia defender o património em si, ou seja, evitar que a piscina um dia saísse do âmbito do Clube ou da Câmara.-----

-----O **Presidente da Câmara** disse que iria prestar 3 esclarecimentos motivados pelas intervenções dos Deputados da MSU. Em 1º lugar clarificar a situação de que a CMS tinha decidido e a Assembleia estava a decidir. A Câmara fazia uma proposta e a Assembleia aprovava ou não. Em 2º, tinha-se falado aí na situação de outros clubes, mas não havia nenhuma situação comparável com aquela, porque os outros Clubes não tinham feito nenhum investimento dessa dimensão nem tinham contraído empréstimos dessa dimensão, pelo que felizmente não havia mais nenhum clube com uma situação parecida com essa. ----

-----Em 3º lugar, relativamente ao património, não lhe parecia que houvesse qualquer risco do Clube poder agravar a sua situação de endividamento e entrar em insolvência ou incumprimento, pela razão simples de que a dívida do Clube estava consolidada num único Banco, que era a Caixa de Crédito Agrícola.-----

-----A transferência que a Câmara faria, naturalmente que seria aproveitada para amortizar os encargos do empréstimo, a não ser que o Clube contraísse novos empréstimos, mas na situação em que estavam não lhe parecia que o Clube estivesse em condições de o fazer, portanto achava que esse risco era perfeitamente controlável e ainda por cima estavam a falar de um contrato renovável por dois anos, pelo que se uma situação dessas ocorresse a Câmara teria com certeza na altura condições para chamar a atenção e alertar, não lhe parecendo que houvesse risco de perder património.-----

-----Disse que a sua intervenção devia-se ao facto de lhe custar aceitar que esse protocolo não fosse aprovado por unanimidade e que houvesse uma força política a não votar favoravelmente.-----

-----Quanto à questão do PS, disse ser claro que traria um relatório, até porque anualmente, no âmbito da apresentação do relatório de contas da Câmara esta questão poderia ter um tratamento diferenciado e sempre que houvesse dúvidas e suscitação de esclarecimentos, com certeza que responderiam.-----

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Dado não haver mais nenhuma intervenção, foi colocado a votação o ponto **3. CEDÊNCIA E GESTÃO DA PISCINA COBERTA – CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE SESIMBRA E O GRUPO DESPORTIVO DE SESIMBRA – MINUTA – APROVAÇÃO**-----

-----A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou por maioria, com 21 votos a favor (13 CDU, 6 PS e 2 PPD/ PSD-CDS-PP) e 2 abstenções do MSU, autorizar a Câmara Municipal de Sesimbra a assumir os compromissos financeiros decorrentes da celebração e execução do protocolo entre o Município e o Grupo Desportivo de Sesimbra.-----

-----O Grupo Municipal do MSU prestou Declaração de Voto, lida pelo **Deputado Miguel Ribeiro** e que a seguir se transcreve:-----

-----“A opção da Câmara Municipal de Sesimbra em assumir a gestão e exploração da piscina e dos outros equipamentos desportivos existentes no mesmo edifício, face à impossibilidade financeira do Grupo Desportivo de Sesimbra em continuar a assegurar o seu funcionamento é uma decisão que deve ser apoiada por todos em nome do interesse público e da mais valia que a piscina e os restantes equipamentos desportivos representam para a população. Outra qualquer solução mormente o encerramento da piscina significaria o desperdício dos recursos investidos no equipamento, um retrocesso na qualidade de vida das pessoas que utilizam aquele espaço e a degradação do edifício e dos equipamentos, o que seria indesejável e contribuiria para o aumento do numero de edifícios que existem por todo o concelho em situação de abandono.-----

-----Contudo, manda o bom senso que a Câmara Municipal de Sesimbra enquanto entidade pública local responsável por uma gestão adequada dos fundos públicos, nomeadamente dos provenientes dos impostos e taxas pagos pelos munícipes e enquanto entidade que vem contribuindo generosamente para a sustentação financeira e para o cumprimento dos compromissos do grupo desportivo de Sesimbra, tome medidas no sentido de se precaver contra eventualidades decorrentes do potencial agravamento da situação financeira do Clube e da conseqüente impossibilidade do mesmo cumprir os compromissos assumidos, ou a assumir com os seus credores.-----

-----A situação financeira débil do grupo desportivo de Sesimbra agravada pelo recurso ao crédito para a construção do equipamento e pelos prejuízos resultantes da exploração do mesmo compromete não só a manutenção do funcionamento da piscina mas também o próprio futuro do Clube, mesmo sendo uma pessoa coletiva de direito privado com o estatuto de utilidade pública desportiva, o grupo desportivo de Sesimbra pode ser objeto de processo de insolvência, situação que já sucedeu com outros Clubes de renome nacional.-----

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----*Posto isto, dado que estamos perante um património que não pertencendo à autarquia vem demandar da mesma porque por via do protocolo com o Grupo Desportivo de Sesimbra um esforço financeiro acrescido que assumirá maiores contornos a médio/longo prazo. Atendendo a que é imperativo salvaguardar esse património protegendo-o de um eventual cenário de insolvência do Clube que significaria a sua perda para os credores. Considerando que esta situação pode abrir um precedente para outras associações e clubes aos quais a autarquia apoia financeiramente, o movimento sesimbra unida entende que ainda que se concorde com a opção da Câmara Municipal de Sesimbra em assumir a gestão e exploração da piscina e demais equipamentos desportivos, o protocolo em questão não assegura devidamente os interesses da autarquia e dos munícipes, impondo-se que a mesma adote medidas no sentido de encontrar a melhor solução jurídica para tal desiderato, daí a nossa abstenção".* -----

-----Dado não haver mais nenhuma manifestação de intervenção, a Presidente deu passagem ao ponto **4. ALUGUER OPERACIONAL DE 5 VIATURAS LIGEIRAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE SESIMBRA – ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO** -----

-----Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara que referiu que não pretendia fazer apresentação, julgando que a situação tinha ficado perfeitamente clara na reunião das comissões. -----

-----Solicitou intervenção o **Deputado João Rodrigues** que referiu compreender que isso tinha sido aprovado inicialmente em 2012, mas à data tinham outra realidade sobre esta matéria, e no sentido de contribuir para as melhores decisões e enquadramento, pelo que iria ler a opinião do MSU, que se transcreve:-----

-----*“É indiscutível a necessidade de aquisição das 5 viaturas ligeiras face à antiguidade daquelas que vão substituir e que têm mais de 10 anos, segundo a informação prestada pelo Presidente da autarquia na última reunião conjunta das comissões, contudo considerando que, nomeadamente 3 delas se destinam a ficar afetas a elementos da comissão executiva da Câmara Municipal, que implica uma utilização restrita limitada a um único condutor com previsível baixa quilometragem em média anual e consequentemente reduzido desgaste, implicando baixos custos de manutenção parece-nos que a operação financeira mais adequada e com menores custos seria a sua aquisição através de um leasing. Este tipo de operação a leasing permite definir previamente o valor residual correspondente à opção de compra das viaturas no final dos contratos de forma a reduzir os encargos mensais e ajustar o montante do valor residual ao valor comercial das viaturas no final das operações. Para fundamentar esta nossa opinião diríamos que para as cinco viaturas, com uma taxa de referência de 9% teríamos as seguintes rendas e respetivo valor residual. Para um valor residual de 2%, havia uma renda mensal já com IVA de*

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

3886 euros, um valor residual no final dos 4 anos para comprar as cinco viaturas e ficar na posse por opção de compra na Câmara, custariam 3150 euros. Se o valor residual for de 15%, o encargo mensal seria de menos 3584 euros, e o valor de compra das cinco viaturas no final dos contratos custariam ao município para a sua aquisição, no final dos 4 anos 23616 euros. Esta simulação foi feita com uma taxa de referência geral, os tais 8%, e contudo como sabiam, sendo a Câmara uma entidade idónea terá condições em concurso de obter uma taxa mais favorável. Assim, consoante a necessidade de aquisição das 5 viaturas e estando nós convictos de que a melhor operação financeira de suporte á sua aquisição seria uma operação de leasing e não o aluguer operacional votaremos no sentido da abstenção". -----

-----**O Presidente da Câmara** solicitou intervenção, referindo que a questão colocada já tinha sido suscitada na reunião conjunta das comissões e na altura tinham tido oportunidade de dizer, embora não tivessem entrado em grandes pormenores, que o leasing era uma opção que não tinha sido colocada, não sabendo se naquele momento havia algum município a recorrer ao leasing, porque o leasing podia ser equiparado a um empréstimo. -----

-----Sendo um empréstimo, com as restrições que havia à data para a contração de empréstimos, com a exigência de visto do Tribunal de contas, não sabendo inclusive se não era necessária uma aprovação prévia por parte do Ministérios das Finanças, pois independentemente do valor do empréstimo havia todo um conjunto de restrições legais em vigor que tornariam esse processo penoso até chegar a uma eventual aprovação dessa operação. -----

-----Este era um problemas que não se colocava às empresas, mas para as autarquias era, pelo que essas estavam a recorrer à figura do renting e não do leasing. Salientou que essa era a razão principal, admitindo que pudesse ser mais vantajoso recorrer ao leasing. -----

-----Dado não haver mais nenhuma manifestação de intervenção a Presidente colocou a votação o ponto **4. ALUGUER OPERACIONAL DE 5 VIATURAS LIGEIRAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE SESIMBRA – ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO** -----

-----A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou autorizar por maioria, com 21 votos a favor (13 CDU, 6 PS e 2 PPD/ PSD-CDS-PP) e 2 abstenções do MSU, a abertura do procedimento de concurso público para o aluguer operacional de 5 viaturas ligeiras, uma vez que o procedimento diz respeito a despesas que irão dar lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico. -----

-----De seguida foi dada passagem ao ponto **5. REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS MUNICIPAIS – 5.ª ALTERAÇÃO**. A Presidente informou que também este ponto tinha sido abordado ao nível da reunião

Ata nº8 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

conjunta das Comissões, onde quer o Presidente da Câmara, quer a técnica Andreia Oliveira do Gabinete Jurídico tinham prestado explicações e posteriormente remetido a documentação que tinha sido apresentada nessa reunião. -----

-----Dada a palavra ao **Presidente da Câmara**, este informou que à semelhança do que acontecera com o ponto anterior não via necessidade de fazer a apresentação pormenorizada do mesmo na medida em que já prestara esclarecimentos na referida reunião, ficando à disposição para dar resposta a qualquer pergunta por parte das bancadas. -----

-----Dado não haver qualquer manifestação de intervenção, a Presidente colocou a votação o ponto

5. REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS MUNICIPAIS – 5.ª ALTERAÇÃO -----

-----A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a 5.ª alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas e a respetiva fundamentação económico-financeira e fundamentação das isenções para vigorar no dia seguinte à sua publicação. -----

-----Não havendo mais nada a tratar, foi encerrado o **“Período da Ordem de Trabalhos”**, e foi por consenso, dispensada a leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura. -----

-----Seguidamente, a **Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrada a sessão eram duas horas e cinco minutos do dia 12 de abril de 2014. -----

-----Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer. -----